

JULIA CAMIM

**GÊNERO E POLÍTICA: ANÁLISE DISCURSIVA DOS
PLANOS DE GOVERNO DOS PRESIDENCIÁVEIS EM 2022**

Viçosa - MG

Curso de Comunicação Social/Jornalismo - UFV

2023

JULIA CAMIM

**GÊNERO E POLÍTICA: ANÁLISE DISCURSIVA DOS
PLANOS DE GOVERNO DOS PRESIDENCIÁVEIS EM 2022**

Monografia apresentada ao curso de Comunicação Social/Jornalismo da Universidade Federal de Viçosa, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Orientadora: Prof^a Dr^a Mariana Ramalho Procópio Xavier

Viçosa - MG

Curso de Comunicação Social/Jornalismo - UFV

2023



Curso de Comunicação Social - Jornalismo da UFV
Universidade Federal de Viçosa
Departamento de Comunicação Social

Monografia intitulada *Gênero e política: análise discursiva dos planos de governo dos presidentes em 2022*, de autoria da estudante Julia Camim, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes membros:

Prof.^a Dr.^a Mariana Ramalho Procópio Xavier – Orientadora
Curso de Comunicação Social - Jornalismo da UFV

Prof. Dr. Rennan Lanna Martins Mafra
Curso de Comunicação Social - Jornalismo da UFV

Jamille Gomes
Vereadora de Viçosa - MG

Viçosa, 12 de julho de 2023.

AGRADECIMENTOS

Os meus anos de graduação foram marcados por diferentes relações, trocas, experiências e desafios. A cada um, fui me tornando uma mulher diferente que deixa, hoje, a Julia do passado cada vez mais orgulhosa. Por isso, quero primeiro agradecer aos meus pais que me permitiram viver o meu sonho de fazer Comunicação Social/Jornalismo na mais bonita do Brasil. Ter o apoio de vocês me fez enfrentar as dificuldades mesmo com medo. Obrigada, mamãe, por ser a pessoa mais doce que eu conheço. Obrigada, papi, por me ensinar a ser determinada e forte. E obrigada, Gabi, por ser a representação do maior amor que já senti.

Agradeço à vida por ser gentil comigo e me proporcionar tantas experiências preciosas. Ao CAJor, que me mostrou que “luto” é verbo; Cinecom, que me trouxe a paixão pelo audiovisual; Fratevi, que faz com que eu sorria todos os dias por ter escolhido jornalismo. Em especial, à Cia Movejazz, que coloriu os meus dias mais sombrios; à Atlética das Humanas e aos humanos com quem cantei, torci, chorei e sorri; ao *cheerleading* de Viçosa e, principalmente, à equipe que estará sempre no meu coração, Owleaders, que me ensinou o significado de união e confiança. A cada amiga e amigo que fez parte do meu dia a dia e com quem compartilhei alegrias e frustrações, meu abraço mais apertado. Com o meu sorriso mais sereno, gostaria de agradecer também às Joanas, que me acolheram no sentido mais plural da palavra. A vida com vocês é lar, pão quentinho, música, gargalhadas e vinho.

Às professoras e professores da UFV, principalmente do DCM, com quem tive a honra de aprender e trocar e também aos professores da UFSC, que tive o prazer de conhecer devido a chance enriquecedora de fazer mobilidade acadêmica, minha gratidão! Especialmente à minha orientadora, Mariana, com quem dividi ideias, inseguranças, dúvidas e alegrias e que me ouviu com gentileza nesse percurso, me incentivou e acreditou em mim, meu carinho e minha admiração.

Com ternura, agradeço aos meus avós, que me mostraram que o amor é gentil e fácil. Ser neta de pessoas tão doces e amorosas é uma das melhores partes da minha vida. Espero que, de onde estiverem, sintam orgulho de mim.

Pelos presentes de Viçosa, especialmente Maria Clara, que sempre esteve comigo sendo a melhor amiga que alguém poderia ter, e Arthur, que é riso fácil e aconchego, sou grata. Às mulheres da minha vida, tanto as que tenho a honra de conviver, quanto as que lutaram em outro espaço-tempo para que eu pudesse estar aqui hoje, agradeço com toda a força e admiração que tenho. Vocês fazem parte de mim e é tudo por nós!

quando eu não conseguia me mexer
foram mulheres
que vieram me banhar os pés
até eu voltar a ter forças
para me levantar
foram mulheres
que me nutriram
para eu voltar a viver

- *irmãs*

Rupi Kaur

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso buscou identificar os imaginários acerca das desigualdades de gênero construídos nos/pelos discursos dos planos de governo de candidatos à presidência nas eleições de 2022, relevantes devido à polarização política do período. Analisamos a mobilização dos ideais de feminilidades que emergiram nos documentos e como se localizaram as estratégias políticas no espectro direita-esquerda. Para compreender as relações de poder que sustentam a ordem vigente, fundamentamo-nos nas noções de identidade e diferença (SILVA, 2000), que hierarquizam os grupos sociais, e de gênero, entendido como uma construção sociocultural (SCOTT, 1995) que submete as mulheres ao domínio masculino. Optamos por realizar recortes que resultaram em dois capítulos. O primeiro analisou os planos de governo de Lula e Bolsonaro, que disputaram o segundo turno das eleições, enquanto o segundo utilizou como corpus os planos das candidatas mulheres, Simone Tebet, Sofia Manzano, Soraya Thronicke e Vera Lúcia. Como aporte teórico-metodológico, utilizamos a Análise do Discurso de linha francesa (CHARAUDEAU, 2006; 2017), que reconhece a capacidade do discurso de significar e organizar sistemas de pensamento, criando doutrinas, teorias e opiniões. A seleção de seis temáticas que comumente relacionaram-se às desigualdades de gênero (Violência, Trabalho e renda; Trabalho doméstico e maternidade; Saúde; Intersecção gênero e raça; Representação política), constatamos que as/o candidatas/o de centro ou centro-direita baseiam-se em noções patriarcais de feminilidade, negligenciam algumas temáticas específicas e mantém posição neutra em relação às assimetrias de poder. Enquanto isso, as/o candidatas/o de esquerda reconhecem a interseccionalidade entre gênero, raça e classe e a origem estrutural da subalternidade feminina, corroborando para o fim da opressão sexista.

PALAVRAS-CHAVE

Gênero; Análise Discursiva; Discurso Político; Grupos minoritários; Eleições presidenciais.

ABSTRACT

This Course Final Paper sought to identify the imaginaries about gender issues constructed in/by the discourses of the government plans of candidates for the presidency in the 2022 elections, relevant due to the political polarization of the period. We analyzed the mobilization of ideals of femininities that emerged in the documents and how political strategies were located on the right-left spectrum. To understand the power relations that sustain the current order, we base ourselves on the notions of identity and difference (SILVA, 2000), which hierarchize social groups, and gender, understood as a sociocultural construction (SCOTT, 1995) that submits women to male domination. We chose to make cuttings that resulted in two chapters. The first analyzed the government plans of Lula and Bolsonaro, who contested the second round of the elections, while the second used as corpus the plans of the women candidates, Simone Tebet, Sofia Manzano, Soraya Thronicke and Vera Lúcia. As a theoretical and methodological contribution, we used the French Discourse Analysis (CHARAUDEAU, 2006; 2017), which recognizes the ability of discourse to mean and organize systems of thought, creating doctrines, theories and opinions. By selecting six themes that were commonly related to gender issues (Violence, Work and income; Domestic work and maternity; Health; Intersection gender and race; Public representation), we found that center or center-right candidates rely on patriarchal notions of femininity, neglect some specific themes, and maintain a neutral position in relation to power asymmetries. Meanwhile, left-wing candidates recognize the

intersectionality between gender, race, and class and the structural origin of female subalternity, corroborating the end of sexist oppression.

KEY-WORDS

Gender; Discourse Analysis; Political Discourse; Minority Groups; Presidential Elections.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1. OS IMAGINÁRIOS SOCIODISCURSIVOS DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO NOS PLANOS DE GOVERNO DE LULA E BOLSONARO DE 2022	16
1.1 INTRODUÇÃO	16
1.2 REFERENCIAL TEÓRICO	18
1.3 ANÁLISES DOS PLANOS DE GOVERNO DE LULA E BOLSONARO NAS ELEIÇÕES DE 2022	24
1.3.1 VIOLÊNCIA	25
1.3.2 TRABALHO E RENDA	26
1.3.3 TRABALHO DOMÉSTICO E MATERNIDADE	28
1.3.4 SAÚDE	30
1.3.5 INTERSECÇÃO GÊNERO E RAÇA	30
1.3.6 REPRESENTAÇÃO POLÍTICA	32
1.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
1.5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	34
CAPÍTULO 2. GÊNERO E POLÍTICA: OS IMAGINÁRIOS SOCIODISCURSIVOS NOS PLANOS DE GOVERNO DAS CANDIDATAS À PRESIDÊNCIA NAS ELEIÇÕES DE 2022.	37
2.1 INTRODUÇÃO	37
2.2 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO	40
2.3 ANÁLISES DOS PLANOS DE GOVERNO DAS CANDIDATAS À PRESIDÊNCIA EM 2022	47
2.3.1 VIOLÊNCIA	47
2.3.2 TRABALHO E RENDA	49
2.3.3 TRABALHO DOMÉSTICO E MATERNIDADE	51
2.3.4 SAÚDE	52
2.3.5 INTERSECÇÃO: GÊNERO, RAÇA E CLASSE	53
2.3.6 REPRESENTAÇÃO POLÍTICA	54
2.4 PROBLEMATIZAÇÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
2.5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	57
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	64

me levanto
sobre o sacrifício
de um milhão de mulheres que vieram antes
e penso
o que é que eu faço
para tornar essa montanha mais alta
para que as mulheres que vierem depois de mim
possam ver além

- legado

Rupi Kaur

INTRODUÇÃO

O período das eleições presidenciais de 2022 é relevante devido à instabilidade do cenário político brasileiro que, desde as eleições anteriores (2018), se acentuou em virtude da polarização entre a direita e a esquerda políticas. Considerando o espectro direita-esquerda, compreendemos que a primeira se baseia nos valores do liberalismo econômico, ao mesmo tempo em que defende uma política de segurança pública forte e centralizada, os costumes tradicionais e o patriotismo (CENTENO, BRINGHENTI, 2021). Contrariamente, de acordo com Centeno e Bringhenti (2021), o outro extremo fundamenta-se na defesa de valores mais progressistas, objetivando a igualdade social, a ampliação dos direitos dos trabalhadores, a proteção e valorização da cadeia produtiva nacional e as estatizações.

Assim, o período em que se situa o objeto de estudo desta pesquisa é marcado pelos resultados da polarização afetiva partidária (FUKS, MARQUES, 2022) e crescimento da direita e extrema direita no país que, com a eleição de Jair Messias Bolsonaro em 2018, representou a ascensão do conservadorismo no país (PROCÓPIO, VIEIRA-FILHO).

As desafeições em relação ao então presidente eleito e, ao mesmo tempo, ao grupo rival, principalmente representado pelo Partido dos Trabalhadores (PT), foram decorrentes de diversos processos que ocorreram ao longo dos anos, como o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, a Operação Lava Jato e os quatro anos de governo Bolsonaro.

Nesta conjuntura, o período de 2018 a 2022 foi marcado por grande insatisfação popular de grupos que se opunham à política bolsonarista, devido não só às declarações que ofenderam diversos grupos, como negros, mulheres, pessoas LGBTQIAPN+ e deficientes¹, mas também pela negligência ambiental, ações econômicas polêmicas, como a privatização de empresas estatais, e uma má gestão da pandemia de covid-19. Esta última contou com atrasos nas compras de vacinas², a defesa de remédios ineficazes e discursos desdenhosos em relação à doença e às mortes.

Além disso, as ações políticas reverberaram em questões sociais, como as de gênero. As mulheres foram não só alvos de falas violentas de Bolsonaro, como também as mais afetadas economicamente pela pandemia. Ainda, nos primeiros quatro meses de 2020 houve

1

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/02/bolsonaro-acumula-frases-preconceituosas-contradiferentes-alvos-relembre.shtml> Acesso em 22/06/2023.

2

<https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2021/10/22/relatorio-acusa-governo-federal-de-atraso-na-compra-de-vacinas-e-de-negociacoes-ilicitas-no-caso-covaxin> Acesso em 22/06/2023.

um aumento de 14,1% no número de denúncias de violência contra mulher³, somando 4,3 milhões de vítimas⁴ durante o período pandêmico. Outro marco importante que contribuiu para a relevância das eleições de 2022 foi a prisão, no dia 7 de abril de 2018, do então ex-presidente Lula, e sua posterior soltura, em 8 de novembro de 2019.

Nos propomos, então, a analisar como as desigualdades de gênero foram mobilizadas neste cenário político instável nos planos de governo de candidatas/os à presidência em 2022, compreendendo que o documento revela seus posicionamentos em relação à realidade social e as estratégias para transformá-la. Ademais, é possível observar também como a constituição de eixos hierárquicos e desiguais dentro dos partidos respaldam a realidade desigual que conhecemos e mantêm, muitas vezes, pautas de grupos marginalizados invisibilizadas nas abordagens políticas. Entendendo, ainda, que os candidatos representam as instituições políticas, nos é permitida a investigação das relações de poder e assimetrias.

Tendo em vista que para proporcionar a emancipação dos grupos dominados é imprescindível a revisão dos privilégios dos grupos dominantes, nos esforçamos para compreender como as propostas produziram sentidos e mobilizaram imaginários a partir dos valores de cada candidata/o selecionada/o para este estudo. Interessa-nos identificar como são representados, nos planos de governo, os grupos minoritários, que podem ser entendidos, a partir de Silveira e Freitas (2017, *apud* GODINHO, 2021, p. 26), como os grupos que, nas relações de poder, ocupam a posição de dominados e têm dificuldades na garantia de seus direitos.

Compreendendo, então, que as demandas sociais que pretendem suprir por meio de ações propostas nos programas políticos, são advindas de relações assimétricas, apropriamo-nos das definições de diferença e identidade que fundamentam a hierarquização dos grupos sociais. Enquanto algumas identidades são tidas como “normais” e até ideais, as que escapam dos padrões são marginalizadas (SILVA, 2000). Assim, a posição subalterna dos grupos minoritários restringe seu acesso às posições de poder e aos recursos materiais e é justificada pelo fato de expressarem diferenças que não condizem com a norma estabelecida pela sociedade de dominação branca e masculina.

É a partir deste ponto que optamos por realizar um recorte de gênero, entendendo que este é uma construção cultural (SCOTT, 1995) que articula o poder e impõe às mulheres o espaço da subordinação, além de se relacionar também às desigualdades de classe e raça, que

3

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/maio/denuncias-registradas-pelo-ligue-180-aumentam-nos-quatro-primeiros-meses-de-2020> Acesso em 28/04/2023

⁴ <https://portal.fiocruz.br/noticia/violencia-contra-mulheres-no-contexto-da-covid-19> Acesso em 28/04/2023

fundamentam injustiças. Se para uma democracia se configurar como igualitária é necessário que os grupos marginalizados sejam inseridos nos espaços de poder e decisórios (MIGUEL; BIROLI, 2015), a presença de mulheres nos espaços políticos e também de pessoas que representem a diversidade dos grupos minoritários é imprescindível. Entretanto, o Dossiê⁵ de Teresa Sacchet e Daniela Rezende (2021) revela que o Brasil é um dos países da América Latina com menor número de mulheres nessas posições. Se considerarmos também o marcador da raça, a presença é ainda menor. O estudo nos sinaliza que “o número de negros/as eleito/as como deputado/a era 22 em 2014 e de 21 em 2018. Destes, 10 eram mulheres, no primeiro caso, e 13 eram mulheres no segundo” (SACCHET, 2020, *apud* SACCHET; REZENDE, 2021, p. 156)⁶. Apesar de as mulheres representarem maioria das pessoas negras eleitas, o aumento quando comparado ao de mulheres brancas é menos significativo. Isso corrobora com a noção de Saffioti (1987) de que a sociedade atual é não só baseada no patriarcado, mas num tripé formado também pelo racismo e capitalismo, que sustenta as desigualdades.

Dessa forma, é preciso que as mulheres sejam capazes de se libertar do espaço privado que lhes fora designado a partir da instituição de um sistema em que as diferenças biológicas estabeleceram limites às suas atividades. Devido à capacidade de reprodução, as responsabilidades femininas são, então, relacionadas à família e ao lar, atribuindo às mulheres características de cuidado, fragilidade, sensibilidade e irracionalidade (DINIZ, 2016). Enquanto isso, as características que compõem a masculinidade são referentes à capacidade produtiva, como a racionalidade e a força física, tidas como superiores e por isso garantindo aos homens o direito, poder e legitimidade (SAFFIOTI, 1987).

Neste sentido, observamos a relação entre gênero e política que revela-nos a possibilidade de alteração da ordem ou sua manutenção. Compreendemos que os partidos são agentes no processo eleitoral (SACCHET; REZENDE, 2021) e, a partir da reunião de ideias e construção das propostas políticas, podem promover ou limitar pautas que ampliem os direitos e também presença das mulheres nos espaços decisórios. Por isso, julgamos necessária a análise dos planos de governo para identificar quais levam em conta as perspectivas dos grupos subordinados a fim de instituir um governo que seja capaz de reduzir as desigualdades a que estes são submetidos.

⁵ Partidos políticos, gênero e raça: estudos e debates sobre estruturas internas, eleições e representação política.

⁶ Em 2022 foram 91 mulheres eleitas como Deputadas, sendo 29 delas negras. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2020/eleicao-em-numeros/noticia/2022/10/03/brasil-elege-numero-recorde-de-mulheres-e-negros-para-a-camara.ghtml> Acesso em: 20/07/2023.

Assim, objetivamos neste trabalho investigar como são tematizadas as experiências da diferença em relação às desigualdades de gênero, além de detectar quais delas são abordadas e reconhecidas nos planos de governo das/os candidatas/os à presidência do Brasil em 2022. Pretendemos, para isso, identificar os imaginários sociodiscursivos que são mobilizados nas estratégias propostas e analisar quais feminilidades são construídas por elas, além de possibilitar uma discussão sobre a representatividade das mulheres na política brasileira.

Dessa forma, dividimos o presente trabalho em dois capítulos, organizados sob a forma de artigos, a fim de analisar separadamente: os planos de governo dos dois candidatos que concorreram no segundo turno das eleições, compondo o capítulo intitulado *Os imaginários sociodiscursivos das desigualdades de gênero nos planos de governo de Lula e Bolsonaro de 2022*; e das candidatas mulheres, Simone Tebet, Sofia Manzano, Soraya Thronicke e Vera Lúcia, resultando no capítulo *Gênero e política: Os imaginários sociodiscursivos nos planos de governo das candidatas à presidência nas eleições de 2022*.

A leitura dos programas políticos, quando relacionada ao circuito externo do ato de linguagem, nos revela os posicionamentos ideológicos e as intenções das/os candidatas/os. Assim, levamos em consideração, para estes dois recortes, a questão das identidades e diferenças entre os candidatos. Os dois que disputaram o segundo turno são homens brancos que mantêm, ainda, relações heteronormativas, enquanto os planos utilizados como objeto de estudo no segundo capítulo são de mulheres que, apesar de expressarem diferentes feminilidades e marcadores sociais, têm as vivências perpassadas pelas desigualdades de gênero. Sendo assim, nos propomos a perceber como os marcadores identitários podem influenciar nas decisões estratégicas que podem perturbar a ordem patriarcal e racista que hierarquiza as identidades, ou perpetuá-la.

Ademais, para este estudo, nos propomos a realizar uma análise qualitativa dos temas que identificamos ter relação com as desigualdades de gênero e, assim, separamos as temáticas em seis tópicos em ambos os capítulos, a fim de possibilitar também uma comparação entre eles. Conseqüentemente temos: Violência; Trabalho e renda; Trabalho doméstico e maternidade; Saúde; Intersecção gênero e raça; Representação política. A partir da seleção do *corpus* e dos recortes já explicitados, nos esforçamos para compreender quais efeitos de sentido foram produzidos e materializados pelos planos de governo, visto que o discurso político é capaz de mobilizar e sedimentar imaginários sociodiscursivos e compartilhá-los na sociedade (CHARAUDEAU, 2006). Desse modo, nosso arcabouço metodológico baseia-se nas teorias da Análise do Discurso (AD) de linha francesa,

notadamente as desenvolvidas por Patrick Charaudeau (2017). Fundamentamo-nos, principalmente, nas noções acerca dos imaginários sociodiscursivos que, por meio das práticas sociais e materialização nos e pelos discursos, afetam nossa compreensão acerca da realidade. Além disso, eles são capazes de criar doutrinas, opiniões e teorias (CHARAUDEAU, 2017), o que muitas vezes hierarquiza as demandas populares e justifica sua legitimação e reconhecimento ou não por parte das/os candidatas/os.

Considerando que o objetivo do sujeito político, ao produzir suas propostas, é atingir o maior número de pessoas possível, compreendemos que, nelas, serão utilizados o apelo à razão e à emoção, além dos imaginários partilhados pelos eleitores (CHARAUDEAU, 2006), que podem garantir identificação com os candidatos e adesão ao projeto. Assim, buscamos observar também como é pretendida a captação da população e a construção de imagens críveis por parte de todas/os as/os candidatas/os.

Por fim, sinalizamos que esta Monografia, apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Jornalismo, surgiu a partir do projeto de Iniciação Científica *Representação dos grupos minoritários na política brasileira: uma análise discursiva dos planos de governo dos candidatos/candidatas presidenciais nas eleições de 2022*, orientado pela professora Mariana Procópio Ramalho Xavier, que me contemplou como bolsista por meio do edital PIBIC/UFV 2022-2023. Ainda, é por meio deste que nossa vinculação ao *Diz - Grupo de Pesquisa em Discursos e Estéticas da Diferença*, se justifica. A tematização da diferença proposta pelo grupo tem proporcionado um espaço de pesquisa e desenvolvimento de métodos voltados à investigação dos processos que tornam a diferença uma questão problemática à experiência social contemporânea.

Considerando, então, as interações entre sujeitas/sujeitos que perpassam tanto aqueles que compõem o objeto de estudo, quanto a mim mesma, reconheço a relevância da presente pesquisa para minha formação acadêmica-científica e profissional e espero que esta seja capaz, também, de contribuir para aqueles que poderão ser afetados pelos conhecimentos adquiridos por meio das análises realizadas aqui. Além disso, este trabalho representa a esperança de que possamos ampliar a presença feminina (em sua totalidade, abrangendo também marcadores sociais além do gênero, como raça, etnia, regionalidade, orientação sexual, classe, etc.) em todos os campos, desde o político ao universitário, que tenho a honra de acessar, para promover uma sociedade mais justa e igualitária, livre das amarras e limitações das desigualdades que sustentam violências tanto físicas, quanto simbólicas. Que, por meio dos estudos sobre as desigualdades de gênero, abarcando sua interseccionalidade, sejamos capazes de defender as reivindicações e ampliar a conquista de direitos que há anos

une mulheres pela busca de uma sociedade mais inclusiva que abrace a diversidade e as diferenças.

CAPÍTULO 1. OS IMAGINÁRIOS SOCIODISCURSIVOS DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO NOS PLANOS DE GOVERNO DE LULA E BOLSONARO DE 2022

RESUMO

Este artigo busca identificar quais imaginários sociodiscursivos acerca das desigualdades de gênero foram mobilizados nos planos de governo de Lula e Bolsonaro, candidatos que disputaram o segundo turno das eleições presidenciais de 2022. Propomos ainda a análise da construção dos ideais de feminilidades que emergiram nos documentos e seus alinhamentos com os vieses ideológicos de ambos, tendo em vista a polarização política do período. O recorte escolhido nos permitiu perceber, por meio da Análise do Discurso Charaudiana, que o programa de Bolsonaro baseia-se em noções patriarcais de feminilidade, negligencia a negritude e hierarquiza as diferenças, sustentando relações assimétricas de poder. O de Lula reconhece o caráter estrutural das desigualdades e fundamenta-se na noção de interseccionalidade entre gênero, raça, classe e orientação sexual, abrindo margem para mudanças no sistema de supremacia branca e patriarcal.

Palavras-chave: Imaginários sociodiscursivos; Lula e Bolsonaro; Polarização política; Gênero; Grupos minoritários.

1.1 INTRODUÇÃO

A eleição presidencial de 2022 teve grande importância no cenário político brasileiro visto que as anteriores, de 2018, se deram em um contexto instável de crescente polarização entre alas conservadoras e progressistas, resultantes de diversos processos e descontentamentos públicos, tais como a operação Lava Jato e o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff. O contexto foi marcado pelo aumento da polarização afetiva partidária (FUKS, MARQUES, 2022), devido ao crescimento da direita e extrema direita e, ao mesmo tempo, a desafeição em relação a uma liderança, Jair Messias Bolsonaro. Naquela ocasião, o candidato do PSL (Partido Social Liberal) utilizou-se da desafeição em relação ao grupo rival (Partido dos Trabalhadores e seus eleitores), para despontar como principal candidato à presidência e venceu as eleições no segundo turno contra Fernando Haddad (PT).

Os quatro anos de governo Bolsonaro foram transpassados, entre outros ocorridos, pela emissão de diversas falas racistas⁷, contrárias à identidade de gênero⁸, que reforçam

⁷<https://www.estadao.com.br/politica/bolsonaro-volta-a-usar-expressao-racista-e-diz-que-negro-e-pesado-em-arr-obas/> Acesso em 27/04/2023.

⁸<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/03/4997042-bolsonaro-sobre-ideologia-de-genero-nas-escolas-nao-admitimos.html> Acesso em 27/04/2023.

estereótipos de feminilidade⁹ e defendem a heteronormatividade¹⁰. Além disso, o período em questão também foi marcado pela condenação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) à prisão¹¹, que gerou grande mobilização a favor de sua soltura, com destaque para a Vigília Lula Livre, que reuniu manifestantes em diversas cidades do país¹², e por uma pandemia de covid-19 negligenciada e mal gerida que resultou em mais de 700 mil mortes.

Durante os dois anos de pandemia, o presidente defendeu remédios ineficazes e criticou as vacinas contra o vírus, além de dar diversas declarações polêmicas¹³ em relação à doença e às mortes. No mesmo período emergiram desigualdades de gênero, levando em consideração que houve um aumento de 14,1% no número de denúncias de violência contra mulher nos 4 primeiros meses de 2020¹⁴ e, segundo o levantamento “Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil”, realizado pelo Datafolha em 2021 a pedido do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, oito mulheres foram agredidas fisicamente por minuto durante a pandemia, somando 4,3 milhões de vítimas¹⁵.

Em virtude disso, as eleições de 2022 foram protagonizadas por Bolsonaro e Lula, que teve suas ações penais anuladas e foi solto após 19 meses de prisão devido a decisão do ministro Marco Aurélio Mello de soltar os condenados em segunda instância. O petista, que governou o país de 2003 a 2010, contou com a afeição de seus apoiadores e de grande parte da população contrária aos posicionamentos conservadores de Bolsonaro, revelando que a polarização política intensificou-se ainda mais depois dos acontecimentos citados.

Interessa-nos, então, compreender como os grupos minoritários, levando em conta o recorte de gênero feito para esta pesquisa, que, durante o período eleitoral anterior e os quatro anos de mandato seguintes, foram marginalizados, são representados nos planos de governo dos dois candidatos que disputaram o segundo turno. Compreendendo os candidatos à presidência como representantes das instituições políticas, buscamos investigar suas relações com as assimetrias e relações de dominação, além de aspectos que possam identificar como as estruturas sociais pretendem ser modificadas por cada um, visto que a

⁹<https://www.brasilefato.com.br/2022/03/08/veja-nove-vezes-em-que-bolsonaro-atacou-os-direitos-das-mulheres> Acesso em 27/04/2023.

¹⁰ <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/os-homossexuais-na-visao-de-bolsonaro/> Acesso em 27/04/2023.

¹¹ A prisão de Lula ocorreu em 7 de abril de 2018.

¹² <https://museudalavajato.com.br/vigilia-lula-livre/> Acesso em 28/04/2023.

¹³ <https://www.poder360.com.br/coronavirus/2-anos-de-covid-relembre-30-frases-de-bolsonaro-sobre-pandemia/> Acesso em 27/04/2023.

¹⁴

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/maio/denuncias-registradas-pelo-ligue-180-aumentam-no-s-quatro-primeiros-meses-de-2020> Acesso em 28/04/2023.

¹⁵ <https://portal.fiocruz.br/noticia/violencia-contra-mulheres-no-contexto-da-covid-19> Acesso em 28/04/2023.

conservação dos privilégios dos grupos dominantes impede a emancipação dos grupos subordinados.

Por isso, entendendo o plano de governo como um posicionamento em relação à realidade social e capaz de definir estratégias para transformá-la, nos propomos a compreender quais sentidos foram produzidos e como imaginários foram mobilizados discursivamente para a defesa dos ideais propostos. Também, a investigar como as experiências da diferença e desigualdades de gênero são reconhecidas e tematizadas de acordo com os valores progressistas e conservadores que, em oposição, guiaram o período eleitoral. No que concerne ao arcabouço metodológico, baseamo-nos nas contribuições da análise do discurso desenvolvida por Patrick Charaudeau (2017), notadamente em sua problematização acerca dos imaginários sociodiscursivos.

1.2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para este trabalho, faz-se necessária a compreensão dos conceitos que cercaram as eleições em questão, como a polarização política, que depende da escala ideológica direta-esquerda em que os partidos se colocam. Enquanto a direita fundamenta-se no liberalismo econômico e na defesa da propriedade privada, propondo uma segurança pública mais forte, menor intervenção estatal no mercado e privatizações, a esquerda prioriza a proteção da cadeia produtiva nacional, estatizações, medidas pró-trabalhador e ações que visam atingir a igualdade econômica (CENTENO, BRINGHENTI, 2021).

Referindo-se às questões sociais, a direita preza pela liberdade individual e pelos costumes, muitas vezes fundamentados na religião, na ideia de cidadão de bem e de mal, aqueles a favor da família heteronormativa e os que desviam dessa norma (PROCÓPIO, VIEIRA FILHO, 2020). Já a esquerda, segundo Downs (1999, apud. Tarouco, 2011), tem um posicionamento alinhado com a justiça social e a igualdade.

Especificamente em relação aos partidos políticos dos candidatos em questão, podemos dizer que os valores atrelados ao Partido Liberal (PL), de Bolsonaro, configuram-se como sendo de direita ao resguardar os valores conservadores como o “amor pela pátria, a valorização do seio familiar”¹⁶ e a defesa de “um projeto de nação assentado em nossa soberania e nos valores nacionais, com destaque à liberdade, ao desenvolvimento e à justiça social”¹⁷, além do desenvolvimento econômico e o acesso à propriedade. O PL

¹⁶ Disponível em: https://partidoliberal.org.br/wp-content/uploads/2023/02/programa_do_pl.pdf

¹⁷ Disponível em: <https://partidoliberal.org.br/wp-content/uploads/2022/06/manifesto-do-partido-liberal.pdf>

ainda afirma se inspirar “nos princípios da liberdade com igualdade social, da solidariedade e da dignidade da pessoa humana”.

No entanto, Bolsonaro representa ainda o extremo do espectro, já que em seu governo “ocorre a ascensão de manifestações políticas de direita e de extrema direita pelo País, com pautas obscuras, antidemocráticas e militaristas” (SILVA, 2021, p. 120). Seu caráter autoritário, identificado por exemplo pelos seus atos pró-ditadura¹⁸ e homenagens ao período ditatorial brasileiro (1964 - 1985), traz à tona movimentos reacionários e manifestações públicas de disseminação de ódio a grupos minoritários. Assim, compreendemos que pelo seu viés liberal, esse extremismo emerge pelo “temor das agitações sociais e do aumento da participação política nas esferas do Estado pelas classes populares” (SILVA, 2021, p. 121) e por isso se dá o discurso agressivo que reproduz táticas manipuladoras de impor medo à sociedade, tanto do comunismo quanto da violência e da corrupção. Sendo assim:

As ideologias e as práticas políticas autoritárias que sustentam as manifestações de direita e de extrema direita na atual cena contemporânea seguem a via da disseminação do ódio através de notícias falsas, as quais na maioria das vezes pregam a violência e a intolerância com indígenas, LGBTs, afrodescendentes, mulheres, idosos, imigrantes, pessoas com deficiências, povos ribeirinhos e jovens das periferias (SILVA, 2021, p. 124).

Já o Partido dos Trabalhadores, de Lula, defende que numa sociedade desigual como a nossa, os oprimidos devem se manter organizados para resistir à opressão e aos privilégios das classes dominantes¹⁹ e, por isso, é um partido da esquerda política do país. O PT defende a luta por reivindicações sociais, a democratização de políticas públicas, o crescimento econômico com desenvolvimento sustentável, inclusão social, distribuição de renda e promoção da soberania nacional.

Em decorrência desses dois eixos, a polarização se dá de forma afetiva e ideológica. Na primeira formam-se dois grupos, os adeptos, que geram atitudes positivas intergrupo, e os rivais, que competem e depreciam o anterior (MASON, 2018 apud. FUKS; MARQUES, 2022). A polarização ideológica se baseia na noção de ideologia operacional que “são as posições do indivíduo em relação a um conjunto de issues, tais como o tamanho e a responsabilidade do Estado, gasto militar, direitos de minorias e questões de gênero” (ELLIS; STIMSON, 2012 apud. FUKS; MARQUES, 2022, p. 565). No Brasil, entretanto,

¹⁸

<https://www.brasildefato.com.br/2021/03/31/relembre-7-vezes-em-que-o-governo-bolsonaro-se-espelhou-no-brasil-da-ditadura-militar> Acesso em 21/07/2023.

¹⁹ Disponível em: <https://pt.org.br/carta-de-principios-do-partido-dos-trabalhadores/>

ainda verifica-se a existência de um caráter personalista que indica a influência do vínculo do eleitor com a figura de liderança em questão. Por isso, "a aversão, o uso de estereótipos e o desejo de distanciamento social em relação ao grupo alvo da desafeição" (Iyengar et al., 2019 apud. FUKS; MARQUES, 2022, p. 566) pode ser percebido tanto nas eleições de 2018 quanto nas utilizadas para esta pesquisa.

Considerando o cenário em que se deu o processo eleitoral, identificamos a diferença e a identidade como mobilizadoras das ideologias entre os cidadãos. Ambas relacionam-se com as relações de poder, criadas em contextos sociais e culturais, resultantes de produções simbólicas e discursivas que determinam algo como norma, resultando em disputas:

A identidade, tal como a diferença, é uma relação social. Isso significa que sua definição - discursiva e lingüística - está sujeita a vetores de força, a relações de poder. Elas não são simplesmente definidas; elas são impostas. Elas não convivem harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias; elas são disputadas (SILVA, 2000, p. 46).

Sendo assim, os grupos localizados assimetricamente à margem, buscam acessar também os locais de privilégio, dos quais foram excluídos pela demarcação de suas diferenças. Tal classificação impõe a hierarquização da sociedade, que pode ser percebida no contexto político pelas políticas públicas desenvolvidas para uns e para outros.

Numa sociedade em que impera a supremacia branca, por exemplo, "ser branco" não é considerado uma identidade étnica ou racial. Num mundo governado pela hegemonia cultural estadunidense, "étnica" é a música ou a comida dos outros países. É a sexualidade homossexual que é "sexualizada", não a heterossexual. A força homogeneizadora da identidade normal é diretamente proporcional à sua invisibilidade (SILVA, 2000, p. 48).

Em um contexto de polarização política, os grupos minoritários, entendidos como grupos que expressam diferenças em relação ao que é tido como universal e por isso têm seus direitos negados (SILVEIRA; FREITAS, 2017 apud GODINHO, 2021), podem ou não ser alvos de políticas que buscam transformar as estruturas dominantes, de acordo com o viés ideológico de cada partido. Esses tensionamentos se dão, assim, no espaço público, onde aparecem os conflitos, e, segundo Hannah Arendt, é ele que constitui a realidade. No entanto, ele esvai-se à medida em que são impostas restrições à pluralidade humana, resultante da instituição dos interesses masculinos e coloniais como universais:

Por se tratar da projeção de critérios de validade que não fazem referência a uma esfera compartilhada de valores e significações, os homens tenderão, para impô-los no mundo, a fazer uso da violência. Isto ocorre quando necessidades, interesses e

vivências privadas são pensadas como um absoluto que, tal como o antigo princípio da verdade revelada, aparece como fonte exclusiva e soberana de todo poder, de toda autoridade e de todo saber (TELLES, 1990, p. 6).

Para garantir uma democracia igualitária, portanto, as decisões de representantes políticos, não devem ser monopolizadas por aqueles grupos em posição privilegiada pelo sistema liberal. Para Pinto (2010), não bastam as políticas de campanhas publicitárias ou confecção de materiais informativos, as mulheres precisam, na prática, ter espaço para construir novas relações de poder. A incorporação dos grupos marginalizados exige que se rompa “a inércia estrutural que os mantém afastados dos espaços decisórios” (MIGUEL; BIROLI, 2015, p. 60).

No entanto, a incidência da divisão sexual do trabalho na vida das mulheres limita sua expressão política e participação da vida pública, resultando em desigualdades e menores possibilidades de decidir sobre as normas que as afetam. De acordo com Saffioti (1987), as desigualdades são melhor compreendidas quando as analisamos com base na noção de que, capitalismo, racismo e patriarcado formam um tripé que as sustentam. Por isso é produzida a dominação patriarcal e soberania masculinas, que permitem aos homens e suas instituições o direito, o poder e a legitimidade. Para Biroli (2018),

Numa teoria política “politizada”, atenta às disputas e às hierarquias que conformam e limitam a democracia, a divisão sexual do trabalho seria um desafio para a problematização das formas aceitas de autoridade e subordinação, assim como para as explicações sobre os limites à participação política – ainda que se trate dos limites à participação das mulheres, estamos falando de desvantagens que incidem sobre um contingente de pessoas que corresponde a mais da metade da população. (BIROLI, 2018, p. 41)

Assim, as desvantagens vividas pelos grupos dominados podem ser compreendidas a partir do entendimento de que as identidades atribuídas aos sexos constroem relações assimétricas de poder que permeiam as relações sociais. Nesse sentido, os ideais de feminilidade e masculinidade, construídos a partir dessas práticas sociais e históricas, impõem modelos de homens e mulheres e determinam quais características são relacionadas às mulheres e aos homens. A submissão, fragilidade, cuidado e até a maternidade, compreendida como “essência permanente, o que leva à condição na qual ser mãe significa dar sentido à vida” (ALMEIDA, 2000, apud. VIEIRA, 2019, p. 136), fazem parte do universo feminino. Enquanto isso, do masculino fazem parte a racionalidade, força e trabalho. Esses modelos acabam por hierarquizar não só o masculino e o feminino um em

relação ao outro, mas também incorporam diferenças de raça, classe e etnia por exemplo (DINIZ, 2016).

Por isso, refletimos sobre esta intersecção, nos apropriando do pensamento de Lélia Gonzalez (1984), que pontua que a negação do Brasil em relação à influência da cultura afro diaspórica, defendendo uma falsa democracia racial, assumindo que todos somos iguais independentemente da raça, é uma das principais causas que tornam a vida das mulheres negras e/ou pobres mais difícil, seja em termos de violência, financeiro ou representatividade.

O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular (GONZALEZ, 1984, p. 224).

É pensando nisso que buscamos analisar discursivamente as propostas dos dois candidatos à presidência do Brasil que concorreram no segundo turno em 2022, levando em consideração suas identidades de homens brancos que mantêm relacionamentos heteronormativos e compreendendo, a partir de Scott (1995), que a relação entre gênero e política pode nos revelar como se dá a hierarquização social e a consequente fundamentação das desigualdades. A partir do momento em que os Estados podem desenvolver políticas que legitimam a dominação masculina, entendemos que é possível que eles exerçam controle sobre as mulheres.

Sendo assim, a apresentação das propostas nos planos de governo nos permite identificar valores, princípios, metas e objetivos dos candidatos e partidos, e é aqui que localiza-se esta pesquisa. O documento é obrigatório para a candidatura e delinea as ações estratégicas que serão executadas ao longo do mandato do candidato para atender às demandas sociais²⁰ e funciona como um contrato entre os eleitores e os candidatos que pretendem governar (MATIAS; BARROS, 2019).

A fim de alcançar a legitimidade e credibilidade, o discurso político, presente nos programas políticos, recorre a estratégias que estabelecem relação com a instância cidadã, também produtora de discursos (CHARAUDEAU, 2006). No Brasil, esse acordo se dá por mandato, o que significa que:

20

<https://www.gov.br/secretariadegoverno/pt-br/portalfederativo/guiainicio/prefeito/conteudos-importantes/plano-d-e-governo-para-4-anos>

[...] o povo que tem o direito de governar para seu próprio bem. É ele que se constitui ao mesmo tempo como doador e beneficiário de sua própria busca de felicidade, instaurando, assim, uma legitimidade fundada no igualitarismo e no direito dos indivíduos de construir um destino coletivo que se opõe a toda soberania autárquica (CHARAUDEAU, 2006, p. 73).

As estratégias discursivas presentes nos discursos políticos, principalmente nessa eleição específica que opôs duas figuras de liderança polarizadas, apelam à razão e à emoção, buscando a adesão do público às promessas de governo (CHARAUDEAU, 2006) e se baseiam nos imaginários construídos a partir da apreensão do mundo em que o sujeito político está inserido, levando em conta seu posicionamento, e fabricando imagens que dão sentido à realidade. Produzem-se assim os imaginários sociodiscursivos que, por meio das práticas sociais, são materializados nos e pelos discursos, constituindo maneiras de ver e julgar o mundo, visto que são responsáveis por significar os objetos, moldando e transformando nossa compreensão acerca da realidade:

O ser humano, dentro de suas comunidades, tenta criar parâmetros e moldes nos quais o até então desconhecido possa se encaixar para ser reconhecido, possa ter uma identidade e partilhar (ou não) das experiências em coletivo. A realidade, então, nada mais é que a criação, a manutenção e o reforço de representações e imaginários: é um pensamento criado e partilhado em grupo, de acordo com cada contexto (CARNEIRO; PROCÓPIO, 2018, p. 7)

Assim, de acordo com Charaudeau (2017), o processo de simbolização do mundo, que parte da racionalização humana, possui função tanto de criar valores quanto de justificar ações. Neste sentido, os imaginários se sedimentam nos discursos e narrativas que descrevem e explicam os fenômenos e comportamentos humanos, criando teorias, doutrinas e opiniões (CHARAUDEAU, 2017). Além disso, estes podem variar de acordo com o grupo em que circulam, obtendo valor ora negativo, ora positivo, visto que surgem a partir da interpretação de imagens que são explicadas por saberes. A fim de estabelecer uma verdade, os saberes constroem-se de diferentes maneiras, podendo caracterizar-se como de conhecimento (quando carregam a possibilidade de serem comprovados cientificamente ou a partir de experiências empíricas que podem ser compartilhadas) e de crença (que baseiam-se em opiniões, religiões ou julgamentos, localizando-se, assim, nos sujeitos).

Fundamentadas neste arcabouço teórico, é que, então, buscaremos compreender quais imaginários sociodiscursivos são mobilizados pelos dois planos de governo analisados e como, a partir deles, busca-se a captação dos eleitores e a construção de uma imagem de credibilidade.

1.3 ANÁLISES DOS PLANOS DE GOVERNO DE LULA E BOLSONARO NAS ELEIÇÕES DE 2022

A presente pesquisa se fundamenta na análise do discurso (AD) de orientação semiolinguística (CHARAUDEAU, 2016, 2017), a partir da qual o discurso é visto como uma prática social situada em um contexto histórico capaz de produzir efeitos de sentido. A AD pode, dessa forma, nos sinalizar como, utilizando a linguagem, os sujeitos e seus objetivos produzem, por meio do discurso, problemáticas comunicacionais.

Conforme Charaudeau (2006, 2017), o discurso tem uma dimensão implícita, que diz respeito às circunstâncias de produção e interpretação do ato de linguagem, e explícita, que refere-se às informações manifestas. Assim, nos esforçamos para entender como a comunicação constrói, a partir do discurso e os fenômenos que o envolve, a ordem social. Ainda na Teoria Semiolinguística Chareaudiana, o discurso relaciona-se aos saberes partilhados pela sociedade, os imaginários sociodiscursivos, que serão utilizados para identificar quais significados os sujeitos enunciadore dos planos de governo produzem.

As análises demonstradas a seguir são resultantes da leitura dos planos de governo das duas chapas candidatas à presidência do Brasil que disputaram o segundo turno nas eleições de 2022, Jair Bolsonaro e Braga Netto (Coligação Pelo Bem do Brasil) e Lula e Alckmin (Coligação Brasil da Esperança).

Tendo em vista a existência de dois circuitos no ato de linguagem (interno e externo), consideramos os candidatos à presidência, Lula e Bolsonaro, e à vice-presidência, Alckmin e Braga Netto, como seres sociais, existentes no mundo real, com os partidos, coligações e seus valores, produtores de discursos. Sendo assim, eles ocupam a posição de sujeito comunicante (EUc) compósito. Estes sujeitos, documentando propostas e estratégias em planos de governo, produzem o sujeito enunciador (EUe), representado pela chapa em si. O eleitor idealizado de cada chapa é entendido como o destinatário idealizado (TUD) dos planos de governo, enquanto qualquer pessoa que acessa e lê o programa, independente de suas afeições e ideologias, compõe o sujeito interpretante (TUi).

Assim sendo, ao relacionarmos os programas políticos, produtos do circuito interno do ato de linguagem, com o circuito externo, que nos revela os eixos ideológicos dos candidatos, percebemos que há temas recorrentes em relação às desigualdades de gênero, mas que aparecem de forma desigual em ambos os planos. Todavia, e a fim de estabelecer uma base comparativa, realizamos uma análise qualitativa, separando os assuntos abordados nos

seguintes tópicos: Violência; Trabalho e renda; Trabalho doméstico e maternidade; Saúde; Intersecção gênero e raça; Representação política.

1.3.1 VIOLÊNCIA

As análises sobre a temática da violência contra a mulher nos indicam que o plano de Jair Bolsonaro a reconhece como algo importante, já que no plano ela é tratada como “uma das causas mais urgentes em nosso país” e é citada a necessidade de implementação de ações de enfrentamento à violência, como por exemplo “a promoção de assistência integral, humanizada e não revitimizadora às mulheres violentadas” e “o fortalecimento da rede de proteção”. Percebemos, na produção deste discurso, a utilização do saber de crença, baseado no senso comum, visto que a violência contra as mulheres é compreendido como algo negativo. Também são citados programas realizados pelo governo Bolsonaro (2019-2022) como as operações Resguardo e Acalento, o Programa Protege Brasil e o Plano de Enfrentamento ao Femicídio que são utilizados como exemplos para afirmar que o governo obteve “resultados positivos já observados”. Neste caso, percebemos a utilização do saber de experiência para a produção do discurso, visto que práticas anteriores foram utilizadas para a proposta de novas ações.

No entanto, não há demonstrações quantitativas dos resultados destas ações, o que inclusive pode ser contestado pelos dados de violência contra as mulheres do período pandêmico. Além disso, a característica estrutural da violência não é citada, o que nos leva a problematizar a “naturalização destes fenômenos, muitas vezes, tomados como ação isolada e pontual, circunscritos à esfera individual” (GUERRA, 2017, p.170), assim como sua relação entre gênero, raça, classe e orientação sexual, o que restringe as mulheres que são focalizadas no plano de governo. Percebemos, então, que são construídos por meio do discurso, os imaginários de uma violência pontual e não sistêmica.

O plano de governo de Lula utiliza também saberes de crença para a construção de suas propostas, ao afirmar que:

(I) não haverá democracia plena no Brasil enquanto brasileiras e brasileiros continuarem a ser agredidos, moral e fisicamente, ou até mesmo mortos por conta de sua orientação sexual.

(II) O Brasil não será o país que queremos enquanto mulheres continuarem a ser discriminadas e submetidas à violência pelo fato de serem mulheres.

Neste caso, compreendendo a violência contra a mulher como “resultado da

legitimação social da opressão dos homens sobre as mulheres” (GUERRA, 2017, p. 188), identificamos nestes trechos que ela é vista como produto do sistema patriarcal, que discrimina e violenta mulheres “pelo fato de serem mulheres”. Ainda, a proposta de proteção integral pode indicar uma totalidade voltada às tipificações das violências, assim as mulheres seriam protegidas física, sexual, moral, patrimonial e psicologicamente, o que explicita a complexidade do tema.

Quando se diz “o país que queremos”, nos é sinalizado que os candidatos à presidência e vice idealizam uma estrutura social diferente da que sustenta a violência contra a mulher. Assim, notamos o uso de estratégias transformadoras, segundo a noção de Nancy Fraser (2003, apud. BIROLI; MIGUEL, 2015). Não busca-se apenas a correção dos resultados dos arranjos sociais, mas sim gerar transformações estruturais. Isso se fortalece também com a promessa da prevenção e não só acolhimento e investigação após o ocorrido violento. A citação da juventude negra e população LGBTQIA+ também nos indica que diversas mulheres estão inclusas nas propostas e não só as mulheres brancas, cisgênero e heterossexuais.

Já a garantia de punição de agressões e feminicídios nos sinaliza, a partir de Scott (1995), o reconhecimento de que o responsável pela violência é o outro e não a vítima, tendo em vista que se as mulheres estão em posição subalterna, é porque ao mesmo tempo os homens dispõem de privilégios e estão em posição de dominância. Sendo assim, percebemos a mobilização dos imaginários de uma violência interseccional, ampla e complexa, decorrente da estrutura patriarcal, mas ainda sem a mobilização de dados concretos no programa.

1.3.2 TRABALHO E RENDA

Em relação à geração de renda feminina, a proposta de implantação de programas de microcrédito e fomento ao empreendedorismo feminino esteve presente em ambos os planos analisados. Tal estratégia pode nos sinalizar um ocultamento da responsabilidade do Estado em oferecer e garantir oportunidades iguais às mulheres que, por serem responsabilizadas pela esfera privada da vida e cumprirem com aspectos de feminilidades de cuidado com o lar e os filhos, não são incluídas na cadeia produtiva formal e buscam outras formas de geração de renda.

O que se percebe no programa político de Jair Bolsonaro, é a utilização do saber de conhecimento para propor avanço na agenda de empregabilidade de jovens e mulheres, “que sofrem com taxas de desemprego mais altas que a média da população”. Este trecho pode nos

sugerir uma falta de experiência das mulheres no mercado de trabalho, capacitação, ou habilidades, o que muitas vezes é uma justificativa utilizada para o pagamento de salários menores que os dos homens. No entanto, baseando-nos nos conceitos de Safiotti (1987), entendemos que tal argumento que fundamenta a subalternidade das mulheres e demarca quais espaços podem ser ocupados por elas já limita as oportunidades que poderiam desenvolver suas potencialidades:

O argumento de que há muito poucas mulheres dentre os grandes cientistas, grandes artistas, até grandes cozinheiros, tenta provar que também em termos de inteligência a mulher é inferior ao homem. Os portadores e divulgadores desta ideologia esquecem-se de medir as oportunidades que foram oferecidas, ou melhor, negadas às mulheres. Ao se atribuir a elas a responsabilidade praticamente exclusiva pela prole e pela casa, já se lhes está, automaticamente, reduzindo as probabilidades de desenvolvimento de outras potencialidades de que são portadoras (SAFIOTTI, 1987, p.14).

Outro recurso utilizado é a citação de projetos já realizados e programas ativos, que nos indica o uso do saber de experiência, como o Brasil para Elas, Qualifica Mulher e Emprega mais Mulher, voltados ao fomento do empreendedorismo feminino, à capacitação profissional e estímulo à empregabilidade. O plano ainda recorre ao pagamento do auxílio emergencial de R\$1200,00 para mães chefes de família durante o período da pandemia de covid-19. Defende-se também a igualdade de salários para homens e mulheres que desempenham funções iguais, mas o acesso feminino a cargos de liderança não é mencionado, o que nos sinaliza que, apesar das ações citadas, existe a manutenção da divisão sexual do trabalho, que, segundo Hirata e Kergoat (2007), é:

a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.) (HIRATA, KERGOAT, 2007, p. 599)

Deste modo, os imaginários percebidos são de que o desemprego é causado por falta de habilidade ou experiência, da desigualdade salarial como sendo o maior problema a ser solucionado e de responsabilidade individual na geração de renda por parte das mulheres.

Já o plano do candidato Lula, prevê nova legislação trabalhista de extensa proteção social a diversos profissionais, com destaque às trabalhadoras domésticas. Dessa forma, são mobilizadas também as desigualdades de classe, não apenas de gênero, visto que é um grupo negligenciado e que há pouco conquistou direitos trabalhistas. Ainda, quando garante-se a

valorização do salário mínimo, percebemos uma escolha lexical que não é inocente, mas objetiva demarcar o caráter de inclusão que a chapa pretende projetar para si:

(III) [...] visando a recuperação do poder de compra de trabalhadores e trabalhadoras, beneficiários e beneficiárias, a reconstrução da seguridade e previdência social e salários iguais

O uso das palavras “trabalhadoras” e “beneficiárias” no gênero feminino indica uma não universalização da temática, visto que o “universal” é aquilo que foi definido a partir das experiências dos homens, que dominam os espaços de decisões políticas, pautando suas prioridades e visões específicas a partir de suas perspectivas (YOUNG, 2006).

Deste modo, identificamos a construção dos imaginários de proteção social, por meio da responsabilização do governo e do reconhecimento do caráter interseccional da pauta.

1.3.3 TRABALHO DOMÉSTICO E MATERNIDADE

O tema trabalho foi subdividido para melhor analisarmos como entende-se a posição da mulher na relação público x privado, sendo que o primeiro diz respeito ao aspecto masculino e civil da sociedade, enquanto o segundo expressa o que é natural e relativo às mulheres (PATEMAN, 1993, apud. VIEIRA, 2019). Deste modo, o trabalho doméstico, que envolve o cuidado com o lar e os filhos é, muitas vezes, invisibilizado, naturalizando-se o acúmulo de funções pelas mulheres e também “realizado não para elas mesmas, mas para outros, e sempre em nome da natureza, do amor e do dever materno” (HIRATA, KERGOAT, 2007, p. 597). Assim, evocamos a noção de feminilidades, representadas por atributos como fragilidade e sensibilidade, e que quando inseridas na dimensão privada da vida, justifica a responsabilização da mulher pelos cuidados da casa e da família (VIEIRA, 2019).

Neste sentido, o plano de Jair Bolsonaro prevê a implementação de políticas públicas que promovam a “[...] possibilidade de equilibrar, até mesmo por meio do trabalho híbrido ou home office, a difícil tarefa de cuidar dos filhos e prover sustento”, assim, refere-se ao trabalho doméstico “como se fosse apenas um apêndice do trabalho assalariado” (HIRATA, KERGOAT, 2007, p. 599). Além disso, percebemos uma contradição, visto que uma das propostas é amparar a maternidade integral e defender a corresponsabilidade no lar, mas em momento algum propõe-se a licença paternidade que possibilitaria a divisão entre os pais do cuidado com os filhos.

Além disso, por mais que seja dito que as mulheres, que chefiam pelo menos 50% das famílias, devem receber atenção especial, percebemos que a preocupação é voltada para a manutenção do status de família brasileira que consegue se manter apesar da sobrecarga, da falta de auxílios e presença paterna, porque “o governo Bolsonaro entende a família como célula ou base da sociedade”. Considerando o circuito externo do discurso que nos revela o posicionamento político no espectro direita-esquerda da chapa em questão e conhecendo, de antemão, seu viés religioso, compreendemos que esse esforço pela manutenção da família e a consequente responsabilização da mulher por ela se dá a partir de valores conservadores. Valemo-nos, então, das noções de Hooks (2018) para entender como se dá essa relação:

Uma vez que nossa sociedade continua sendo primordialmente uma cultura cristã, multidões de pessoas continuam acreditando que Deus ordenou que mulheres fossem subordinadas aos homens no ambiente doméstico. Ainda que multidões de mulheres tenham entrado no mercado de trabalho, ainda que várias mulheres sejam chefes e arrimo de família, a noção de vida doméstica que ainda domina o imaginário da nação é a de que a lógica da dominação masculina está intacta, seja o homem presente em casa ou não (Hooks, 2018, p. 18).

Assim sendo, o entendimento do gênero como “uma das referências recorrentes pelas quais o poder político tem sido concebido, legitimado e criticado” (SCOTT, 1995, p. 92), compreendemos o uso de premissas da ordem do divino, mesmo que implicitamente, como meios de proteção da ordem vigente. Por isso, e tendo em vista que a linguagem é utilizada para comunicar, mas também para deixar de comunicar (ORLANDI, 2015), podemos supor que o fato de o abandono paterno não ter sido citado decorre da sua não correspondência às expectativas de uma família “modelo”. Além disso, percebemos a construção dos imaginários da maternidade como obstáculo, do cuidado como naturalmente feminino e da sobrecarga pelo acúmulo de tarefas como resultado das práticas sociais que designam, devido ao caráter biológico, os papéis de homens e mulheres (HIRATA, KERGOAT, 2007).

Enquanto isso, o plano de governo do candidato Lula não apresenta propostas específicas relacionadas à maternidade. No entanto, observamos que há a promessa de investimento na educação de qualidade e no fortalecimento da educação básica, da creche à pós-graduação. Aqui não se vincula as creches às mães, podendo nos indicar que o enunciador considera que a educação e o cuidado das crianças não está unicamente relacionada às mulheres, sendo um assunto que deve ser tratado à parte porque pressupõe-se uma corresponsabilidade, tanto de toda a família quanto do Estado. Ao mesmo tempo, essa falta de relação entre as temáticas pode negligenciar o fato de que as mulheres sofrem com a jornada dupla de trabalho mais do que os homens, sendo responsabilizadas pelo cuidado com os filhos

e a casa, o que pode atrapalhar o desempenho profissional feminino. O imaginário sociodiscursivo acerca da maternidade que podemos identificar de forma implícita é, portanto, o de corresponsabilidade, tanto da família quanto do Estado.

1.3.4 SAÚDE

Em relação à saúde feminina, o programa político de Bolsonaro cita o estabelecimento de programas informativos de prevenção à gravidez, além de garantir políticas que visam a prevenção do risco sexual precoce e a gravidez na adolescência. Assim, percebemos a construção de um imaginário acerca da capacidade reprodutiva da mulher, designando a elas essa responsabilidade materna, vinculada ao âmbito privado, quando pensamos em papéis sociais.

O fato de mulheres que não querem/podem ser mães não terem sido focalizadas pelo plano do candidato faz-nos refletir com base na noção de Almeida (2000 apud. VIEIRA, 2019) que a feminilidade seria uma essência permanente e a maternidade, por conseguinte, naturalmente feminina. Assim sendo, o fato de ser mãe daria sentido à vida da mulher. Com base nisso, identificamos os imaginários de mulher necessariamente mãe ou pelo menos capaz de tornar-se uma.

Já o programa de Lula garante a implantação de políticas de saúde integral para garantir a todas as mulheres o acesso à prevenção de doenças e atendimento segundo as particularidades de cada fase de suas vidas. Podemos apreender, aqui, o imaginário de uma saúde inclusiva e integral, que pode se referir à saúde mental, psicológica e física, além de inserir mulheres com diferentes marcadores ao utilizar o termo “todas” e não abranger apenas a idade/capacidade reprodutiva. Isso sinaliza-nos que o plano tenta acolher diferentes feminilidades, que podem ser entendidas a partir do conceito de feminilidades reinventadas de Diniz (2016), que seriam aquelas relacionadas às vivências alternativas do gênero, que fogem dos moldes da feminilidade padrão, sendo capazes de questionar a tradição e possuir um caráter afirmativo.

1.3.5 INTERSECÇÃO GÊNERO E RAÇA

Buscando compreender os imaginários mobilizados acerca da intersecção entre os marcadores de raça e gênero nos planos de governo, identificamos que no programa de Jair Bolsonaro não há citação ao racismo ou propostas específicas destinadas às mulheres negras,

contrariando a afirmação presente no plano de Bolsonaro de que “nenhuma mulher fica para trás”.

Apropriando-nos das noções de Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro, compreendemos que as desigualdades de gênero, quando articuladas ao racismo, produzem efeitos violentos mais incisivos sobre a mulher negra e, o fato de negar a existência do racismo, como é feito no plano citado, fundamenta o imaginário da falsa democracia racial (GONZALEZ, 1984). O que se vê, entretanto, é que as mulheres negras, indígenas, pardas e quaisquer outras que não se autodeclaram brancas, são as maiores vítimas das desigualdades do país. Assim sendo, o silenciamento do plano em relação ao racismo contribui para a manutenção da “asfixia social com desdobramentos negativos sobre todas as dimensões da vida” (CARNEIRO, 2002, p. 210) da mulher negra, conseqüente da conjugação perversa do racismo e do sexismo.

Ainda para Biroli e Miguel (2015), é importante compreender que, nos mecanismos de reprodução das desigualdades, não podemos exigir igualdade apenas entre homens e mulheres, porque assim silenciemos que as mulheres negras compartilham, “com os homens que estão na base da pirâmide social, as desvantagens decorrentes de sua posição de raça e classe” (BIROLI, MIGUEL, 2015, p. 6). Desse modo, tendo em vista que os partidos políticos devem buscar elaborar, segundo Young (2006), programas que expressem os interesses do eleitorado e organizar os temas políticos que eles se propõem a representar, apreendemos que as demandas, não só das mulheres, mas de todas as pessoas não brancas, não seriam pautadas pelo governo.

Finalmente, o programa político de Lula afirma que “devemos enfrentar a realidade que faz a pobreza ter o ‘rosto das mulheres’, principalmente ‘das negras’, lhes assegurando a autonomia”. Aqui percebemos o uso do saber de conhecimento, pois o fato citado é baseado em dados, visto que, de acordo com um estudo realizado pelo Made-USP (Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades da FEA-USP), baseado nos dados da Pnad Contínua, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios feita pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e da Pnad Covid, edição realizada em 2020 para medir os impactos da pandemia, em 2021, mesmo com auxílio do governo, 38% das mulheres negras estavam abaixo da linha da pobreza, enquanto, em relação às mulheres brancas, essa taxa era de 19%²¹.

Neste caso, percebe-se a intersecção não só entre gênero e raça, mas também classe, pela relação estabelecida entre as mulheres negras e a pobreza a qual são submetidas. Isto

21

<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2021/04/25/Desigualdade-de-g%C3%AAnero-e-ra%C3%A7a-o-perfil-da-pobreza-na-crise>

pode ser entendido a partir do pensamento de Lélia Gonzalez (1984), que nos evidencia que a raça e a etnia impactam diretamente no desenvolvimento de habilidades das mulheres e na sua conseqüente geração de renda, pois quanto mais retinta, mais difícil se é acessar locais que podem estimular esse desenvolvimento.

As ações estratégicas deste tópico são, então, a promoção da igualdade racial e de combate ao racismo estrutural, além da construção de políticas que combatam a violência policial contra as mulheres negras. Dessa forma, notamos os imaginários de interseccionalidade como um fator importante para compreender as desigualdades do Brasil que precisam ser solucionadas pelas propostas do plano de governo.

1.3.6 REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

Por fim, analisamos a presença de propostas relacionadas à representação política e participação política das mulheres nos planos dos presidentes. Lula, com base no saber de opinião, reconhece o “déficit democrático alarmante” do país, a partir da “absurda discrepância da representação feminina e negra nas instituições”, e se compromete com a promoção das mulheres na ciência, nas artes, na representação política, na gestão pública e no empreendedorismo, sinalizando a necessidade de ocupação do espaço público como um todo.

Dessa forma, percebemos que as estratégias do plano de governo de Lula relacionam-se com o pensamento de Young (2006) de que a correção das desigualdades não passa apenas pela distribuição de bens, mas também pela garantia institucional das condições necessárias para o desenvolvimento e exercício de capacidades individuais.

Segundo Pinto (2010), compreender a estrutura social desigual do país, principalmente nas instituições representativas, possibilita o desenvolvimento de políticas estratégicas que sejam eficientes no combate à desigualdade de gênero, e não apenas procedimentais. Ainda segundo a autora, a entrada da mulher nos espaços é fundamental para transformar e/ou questionar a hierarquização dada pela legitimação das desigualdades.

As ações citadas diferem-se das propostas liberais, visto que, a partir delas, “as desigualdades apresentadas pelos indivíduos seriam apenas reflexo do fato de que eles tiveram diferentes preferências por bens e atividades e, por isso, não seriam consideradas injustas” (BIROLI, MIGUEL, 2015, p. 3). O liberalismo vale-se, então, da noção de que a igualdade, enquanto um ideal político, universaliza os cidadãos. Assim, relacionamos estas compreensões ao viés político de Bolsonaro, para entender porque, em seu plano, a

participação feminina em esferas públicas da vida não foi citada. De acordo com Young (2006)

[...]onde certos grupos sociais estruturais lograram dominar as discussões e as decisões políticas, suas perspectivas sociais geralmente definem as prioridades políticas, os termos nos quais elas são discutidas e a noção de relações sociais que enquadra a discussão. Ao mesmo tempo, essas perspectivas frequentemente não são reconhecidas como um modo específico de olhar as questões em pauta, mas tomadas como neutras e universais (YOUNG, 2006, p. 172).

De acordo com Biroli e Miguel (2015), as decisões políticas que afetam as mulheres e outros grupos minoritários como cidadãos, foi ao longo de toda a história brasileira e ainda hoje é feita por homens. Assim sendo, podemos compreender que a falta de políticas objetivando a inserção das mulheres na esfera pública da vida e, principalmente, em espaços de tomada de decisão no programa político de Bolsonaro, vale-se da na noção de que todos somos iguais, ignorando a existência de demandas específicas de grupos minoritários.

Tal noção vai na direção contrária ao que propõe Young (2006) de que um organismo representativo deve conter membros dos grupos sociais na mesma proporção em que eles são encontrados na sociedade, se tornando uma cópia do organismo social em que se insere. Identificamos então, que os imaginários mobilizados são de uma feminilidade que não ocupa o espaço público e ao mesmo tempo de uma representatividade universal, o que garante aos homens o poder e controle das decisões políticas.

1.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises feitas, percebemos que os candidatos, em suas produções discursivas, projetam não apenas suas estratégias para um possível futuro mandato, mas também seus posicionamentos ideológicos no espectro direita-esquerda. Tais posicionamentos fundamentam-se em imaginários sociodiscursivos (CHARAUDEAU, 2017).

O programa político de Bolsonaro se alinha às questões liberais de universalização dos sujeitos e de defesa das liberdades individuais, além de propor ações conservadoras que contribuem para a construção do imaginário de uma feminilidade única, fundamentadas em modelos patriarcais, e de uma família heteronormativa, além de negligenciar a negritude e hierarquizar as demandas dos grupos sociais.

Entretanto, no plano de Lula notamos a diversidade e inclusão, pautas mais vinculadas ao viés da esquerda política, como fundamentais para as propostas. As desigualdades de gênero são tratadas de forma interseccional e tomadas como estruturais, resultantes do sistema

patriarcal e capitalista que as mantém. Assim, as estratégias são pautadas nas prioridades coletivas e não nas visões específicas dos candidatos à presidência e vice-presidência.

Algumas temáticas, como a violência e o trabalho, nos sinalizam que, enquanto Bolsonaro pontua as desigualdades às quais as mulheres são submetidas como pontuais e individuais, Lula as coloca como resultantes de uma política liberal e, por isso, propõe ações que visam transformar a realidade, o que vai de encontro ao pensamento de Nancy Fraser (2003, apud. BIROLI; MIGUEL, 2015) de estratégias transformadoras e não apenas corretivas. Ainda, enquanto o plano de Lula busca garantir a responsabilização do Estado para diminuir as desigualdades, Bolsonaro utiliza, a partir do saber de experiência, projetos já realizados para demonstrar que ações já estão em vigor. Isso, entretanto, sem a apresentação de dados que comprovem as melhorias afirmadas no plano, que podem ser contestadas com base nos dados que monitoram as desigualdades de gênero no país.

Por fim, percebemos que o plano de Bolsonaro, além de não incluir as desigualdades de raça, que quando vinculadas às de gênero produzem uma realidade ainda mais desigual, fortalece os imaginários de que há papéis sociais designados às mulheres e aos homens, além de ignorar a existência de demandas específicas para cada grupo social que um presidente representa. Enquanto isso, identificamos que Lula vê a necessidade de ocupação das mulheres do espaço público, a fim de promover a busca pela igualdade respeitando as diferenças.

Compreendendo, então, a partir de Biroli e Miguel (2015), que o gênero é um dos eixos que organizam o mundo social e político, percebemos que o plano de governo de Lula se dispõe de forma mais efetiva a romper com as definições de posições de homens e mulheres, vinculadas com raça, classe e sexualidade, na sociedade, buscando distanciar-se da noção liberal, percebida no plano de Bolsonaro, de que todos somos iguais e as desigualdades são resultantes de escolhas independentes dos sujeitos.

1.5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades**: limites da democracia no Brasil. [S. l.]: Boitempo Editorial, 2018. 252 p. ISBN 9788575596043.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e política**: uma introdução. [S. l.]: Boitempo Editorial, 2015. 168 p. ISBN 9788575593967.

CARNEIRO, Sueli. A batalha de Durban. In: Revista Estudos Feministas, ano 10, 1º semestre 2002, p. 210

CENTENO, A. R.; BRINGHENTI, T. F. S. Os presidenciáveis no debate ideológico: análise de conteúdo dos programas econômicos nas eleições de 2018. **Opinião Pública**, Campinas, v. 27, n. 3, p. 822-850, set-dez 2021.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. Traduzido por Fabiana Komesu e Dílson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2006. 328 p. ISBN 8572443185.

CHARAUDEAU, Patrick. Os estereótipos, muito bem. Os imaginários, ainda melhor. Traduzido por André Luiz Silva e Rafael Magalhães Angrisano. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 7, p. 571-591, jan./jun. 2017

DINIZ, A. P. R. Feminilidades e masculinidades no trabalho. In: Alexandre de Pádua carrieri; Juliana Cristina Teixeira; Mauro César Ribeiro Nascimento. (Org.). **Gênero e trabalho: perspectivas, possibilidades e desafios no campo dos estudos organizacionais**. 1ed. Salvador: EDUFBA, 2016, v., p 1-367.

FUKS, M.; MARQUES, P. H. Polarização e contexto: medindo e explicando a polarização política no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 28, n. 3, p. 560-593, set 2022.

GODINHO, Isac Oliveira. **Midiativismo e direitos humanos: análise discursiva de minimanuais de jornalismo humanizado**. 2021. 148 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2021.

GONZALEZ, Lélia, Racismo e sexismo na cultura brasileira, In: **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223-244.

GUERRA, Eliana Costa. **Violência contra mulher no espaço midiático brasileiro**. Temporais, Brasília (DF), ano 17, n.33,p.167-192, jan./jun. 2017.

HIRATA, Helena. KERGOAT, Danièle. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. Tradução: Fátima Murad. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

Hooks (ANO) políticas feministas

MATIAS, J. C.; BARROS, J. A. As políticas sociais nos planos de governo dos presidenciáveis 2018 no Brasil e a mídia. **Revista de Políticas Públicas**, v. 23, p. 339-355, 2019.

PINTO, Céli Regina Jardim, Feminismo, história e poder. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 18, n. 36, jun. 2010, p. 15-23.

PROCÓPIO XAVIER, M.R.; JOÃO VIEIRA FILHO, M. Conservadorismo acima de tudo e de todos: imaginários sociodiscursivos nos discursos de posse presidencial de 2019. **Revista Mídia e Cotidiano**, v. 14, n. 3, p. 97-117, 5 set. 2020.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O Poder do Macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, [S. l.], v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 6 jun. 2022

SILVA, Sabrina Aparecida da. Autoritarismo e crise da democracia no Brasil: entre o passado e o presente. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 119-126, jan./abr., 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/fSC79qvyV35qddNBdpTBRCs/?lang=pt>. Acesso em: 20/07/2023.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **A produção social da identidade e da diferença**. In: SILVA, Tomaz T. da. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 73-102.

TAROUCO, G. Esquerda, direita e eleições presidenciais no Brasil. **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 36, n. 106, p. 133-133, 2022. DOI: 10.1590/s0103-4014.2022.36106.008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/205986>. Acesso em: 18 fev. 2023.

TELLES, Vera da Silva. Espaço público e espaço privado na constituição do social: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt. **Tempo Social**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 23-48, 1990. DOI: 10.1590/ts.v2i1.84786. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/84786>. Acesso em: 30 maio. 2022.

VIEIRA, L. G. **A história de uma cozinheira**: imaginários do universo culinário e gastronômico na narrativa de vida do livro de cozinha todas as sextas. 2019. 180 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2019.

YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 67, p. 139-190, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452006000200006>. Acesso em: 30 maio. 2022.

CAPÍTULO 2. GÊNERO E POLÍTICA: OS IMAGINÁRIOS SOCIODISCURSIVOS NOS PLANOS DE GOVERNO DAS CANDIDATAS À PRESIDÊNCIA NAS ELEIÇÕES DE 2022.

RESUMO

Este artigo analisa os planos de governo das candidatas à presidência do Brasil nas eleições de 2022, que se mostram relevantes devido à polarização política do período. Buscamos compreender a mobilização de imaginários sociodiscursivos acerca de feminilidades e desigualdades de gênero percebidas e experienciadas por Simone Tebet, Sofia Manzano, Soraya Thronicke e Vera Lúcia. Fundamentamo-nos nas noções de identidade e diferença (SILVA, 2000) que produzem as relações de poder, estabelecidas também por meio do gênero, construído socio-culturalmente (SCOTT, 1995). Observamos como as relações estabelecidas entre os posicionamentos políticos das candidatas e seus partidos e as estratégias programáticas buscam ou não transformar a estrutura capitalista de supremacia branca e patriarcal que hierarquiza os grupos sociais. Para isso, utilizamos o aporte teórico-metodológico da Análise do Discurso de linha francesa (CHARAUDEAU, 2006; 2017), que compreende o discurso como um trabalho simbólico que significa e organiza sistemas de pensamento, criando doutrinas, teorias e opiniões. A partir da seleção de seis temáticas (Violência, Trabalho e renda; Trabalho doméstico e maternidade; Saúde; Intersecção gênero e raça; Representação política) compreendemos que as candidatas de centro ou centro-direita buscam manter posição neutra em relação às estruturas vigentes, enquanto as de esquerda relacionam a subordinação feminina a elas e objetivam o fim da opressão sexista por meio de suas promessas.

PALAVRAS CHAVE: Análise do Discurso; Gênero; Diferenças; Discurso Político; Eleições presidenciais de 2022.

2.1 INTRODUÇÃO

Após os quatro anos de mandato do ex-presidente da república, Jair Bolsonaro, que representaram a “ascensão de uma onda conservadora no país” (PROCÓPIO, VIEIRA-FILHO, 2019, p. 100), o período eleitoral de 2022 se mostra relevante devido à polarização política que se acentuou no período citado. Questões econômicas, como as desestatizações de empresas²², ambientais, como o aumento do desmatamento da Amazônia²³,

22

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/04/01/privatizacoes-de-bolsonaro-o-que-ficou-na-promessa-e-o-que-virou-privado.htm> Acesso em 23/05/2023

²³ <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/a-verdade-sobre-a-amazonia-sob-o-governo-bolsonaro/> Acesso em 23/05/2023

e a negligência em relação à pandemia de coronavírus²⁴ intensificaram a insatisfação popular de grupos contrários à política bolsonarista.

Dentre os diversos acontecimentos do período (2018-2022), nos chama atenção a situação das mulheres²⁵ no país, visto que, além de terem sido as mais afetadas economicamente durante o período pandêmico, os números da violência contra elas também aumentaram. Sendo assim, julgamos relevante analisar como são tematizadas as desigualdades de gênero neste cenário de insatisfação e instabilidade nos planos de governo apresentados como documentos obrigatórios das candidaturas à presidência nas eleições de 2022.

Neste estudo, nos propomos a analisar as propostas políticas das candidatas mulheres à presidência do Brasil, visto que elas compõem este grupo minorizado, buscando identificar se a mobilização de suas experiências pessoais possibilitaram a proposição de estratégias mais efetivas no que diz respeito à diminuição das desigualdades de gênero. Nosso corpus é composto, então, pelos programas políticos das presidenciáveis Simone Tebet, Sofia Manzano, Soraya Thronicke e Vera Lúcia e suas respectivas/os candidatas/os à vice-presidência.

A candidata Simone Tebet é do partido MDB (Movimento Democrático Brasileiro) e, para a candidatura, formou-se a Coligação Brasil para Todos, composta pelos partidos PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), Cidadania e Podemos. O MDB se caracteriza como um partido de centro no espectro direita-esquerda, que define a direita como defensora do liberalismo econômico, da propriedade privada, da menor intervenção estatal no mercado e a favor das privatizações e de uma política de segurança pública forte e centralizada (CENTENO, BRINGHENTI, 2021, p. 825). Enquanto isso, de acordo com Centeno e Bringhenti (2021), o outro extremo prioriza a cadeia produtiva nacional, as estatizações, a defesa dos direitos dos trabalhadores e a igualdade social advinda da econômica.

A partir desse posicionamento, o partido enuncia-se com um defensor da democracia como instrumento do progresso e tem, em seu código de ética²⁶, alguns princípios como:

- VIII – a dignidade da pessoa humana;
- IX – o respeito e o estímulo à diversidade no exercício da atividade político partidária, principalmente no combate à violência política em razão de gênero ou de raça;

²⁴

<https://manuelzao.ufmg.br/anistia-internacional-denuncia-bolsonaro-por-negligencia-e-agressao-aos-direitos-hu-manos/> Acesso em 23/05/2023

²⁵ <https://www.generonumero.media/reportagens/bolsonaro-ataca-mulheres-2/> Acesso em 25/03/2023

²⁶ <https://www.mdb.org.br/conheca/codigo-de-etica/> Acesso em 19/05/2023

- XII – a defesa do Estado Democrático de Direito e das instituições políticas nacionais;
- XIII – o respeito à liberdade religiosa e de convicção ideológica;
- XVII – a economicidade, a sustentabilidade e a responsabilidade socioambiental.

A candidata à vice-presidência da chapa, Mara Gabrilli, é do PSDB, um partido de centro que ora tende à esquerda, quando, por exemplo, Fernando Henrique Cardoso, em 1990, então senador pelo partido, afirmou que “se esquerda significa ser contra a ordem social existente, e direita a favor, a social-democracia é sem dúvida uma corrente de esquerda”²⁷, ora à direita, levando em consideração seu posicionamento liberal nos anos de embate entre petistas e tucanos. Neste sentido, a aproximação do PSDB com o ex-presidente Jair Bolsonaro por meio de João Doria²⁸, empresário e ex-governador de São Paulo, sinaliza-nos o alinhamento dos valores partilhados pelo partido com a extrema direita. Em seu estatuto, o PSDB afirma que tem como base a democracia e a consolidação dos direitos individuais, além da “construção de uma ordem social justa e garantida pela igualdade de oportunidades; o respeito ao pluralismo de ideias, culturas e etnias; e a realização do desenvolvimento de forma harmoniosa, com a prevalência do trabalho sobre o capital, buscando a distribuição equilibrada da riqueza nacional entre todas as regiões e classes sociais”²⁹.

Sofia Manzano e o candidato à vice, Antonio Alves, são do PCB, Partido Comunista Brasileiro, que defende uma política anticapitalista e os ideais libertários da classe proletária³⁰ e por isso é compreendido como um partido esquerdista. O PCB ainda afirma lutar pela “transformação radical da sociedade atual”³¹, com o objetivo de instituir o socialismo como ordem política, contribuindo para a ascensão da classe trabalhadora e a derrubada do domínio da burguesia.

Soraya Thronicke³², senadora federal eleita pelo Mato Grosso do Sul, e Marcos Cintra concorreram, respectivamente, à presidência e à vice-presidência pelo União Brasil, um partido de centro-direita. A candidata é advogada e empresária e “tornou-se uma grande liderança nos movimentos democráticos de rua na luta pelo combate à corrupção. Foi convidada para concorrer às eleições de 2018, justamente por cobrar dos parlamentares os

²⁷

<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/7-razoes-para-voce-entender-por-que-o-psdb-nao-e-um-partido-de-direita/339153357>

²⁸

<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/eleicoes/2018/noticia/2018/10/07/doria-declara-apoio-a-bolsonaro-e-diz-que-d-errotara-esquerda-em-sao-paulo.ghtml> Acesso em 23/05/2023

²⁹ <https://www.psdb.org.br/conheca/estatuto>

³⁰ <https://pcb.org.br/portal2/658>

³¹ <https://pcb.org.br/portal/docs/partidocomunista.html>

³² <https://www.sorayathronicke.com.br/>

direitos da população”³³. Ela defende o conservadorismo institucional e o liberalismo econômico, convergindo com os valores do partido de prezar pela dignidade individual, a política “desenvolvimentista, liberal e independente”³⁴.

Por fim, a última chapa presidencial selecionada para esta análise, formada por Vera Lúcia e Raquel Tremembé, é do PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado), partido de esquerda que defende a revolução e auto-organização dos trabalhadores para seu próprio governo³⁵. Ainda, os objetivos partidários são o fim do capitalismo e da direita, para acabar com as opressões e o Estado Mínimo, e da burocratização da esquerda, além de tornar o espaço público mais plural, visto que ele se define como sendo um partido “de homens e mulheres da classe trabalhadora da cidade e do campo. Somos negros e negras, LGBTI, quilombolas e indígenas. Construimos um partido internacional que luta contra a xenofobia, o machismo e o racismo e a LGBTIfobia”.

A partir deste recorte, esforçamo-nos para compreender como as desigualdades de gênero, que perpassam as vivências das candidatas, influenciam ou não em suas propostas e como são tematizadas em suas propostas. Compreendendo que o discurso político, materializado nos planos de governo, são capazes de mobilizar e fundamentar socialmente imaginários sociodiscursivos (CHARAUDEAU, 2006), nos propomos ainda a identificar como os conceitos de feminilidade (DINIZ, 2016) foram utilizados na construção das estratégias das candidaturas femininas e quais são os efeitos de sentido que estes produzem.

2.2 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

Diferenças, identidades, grupos minorizados e desigualdades de gênero

Em nossa pesquisa, para compreendermos como se dão as desigualdades, que são pertinentes à nossa investigação, mostra-se fundamental a compreensão acerca das diferenças e identidades. Segundo Silva (2000), elas são produzidas simbólica e discursivamente, por meio de processos assimétricos influenciados por relações de poder. Dessa forma, as disputas pela definição das identidades envolvem uma dimensão material da sociedade. De acordo com o autor:

A afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso

³³ <https://www.sorayathronicke.com.br/senadora>

³⁴ <https://uniaobrasil.org.br/uniao-brasil/>

³⁵ <https://www.pstu.org.br/conheca/>

privilegiado aos bens sociais. A identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com relações de poder. O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes (SILVA, 2000, p.81).

Assim, a sociedade, a partir dos marcadores de diferenças que são atribuídos a certas pessoas, organiza-se de forma hierárquica, concedendo privilégios a um grupo de “iguais”, e submetendo, ao mesmo tempo, os “diferentes” à marginalização. Essa noção faz com que exista uma norma “universal” e aqueles que não se encaixam acabam por ter seus direitos negados (SILVEIRA; FREITAS, 2017 apud. GODINHO, 2021). Tais atribuições se dão por diversos mecanismos, baseando-se muitas vezes em fatores biológicos, como o sexo, a raça e a etnia.

Reflexões decoloniais explicam que o surgimento do conceito de minorias surge a partir do desenvolvimento do pensamento político liberal europeu, que sustenta a subalternização dos diferentes. “Minoria” passa a ser utilizado para se referir aos grupos numericamente minoritários que não apresentassem ameaças à ordem hegemônica. Por isso é necessário reinterpretar o conceito, a fim de levar em conta aspectos históricos que fazem com que os grupos precisem lutar pelos direitos de expressar as diferenças e de existir enquanto grupos relevantes na sociedade que desafiam a ordem e resistem às opressões. Sendo assim, compreendemos que estes são minorizados, ou seja, estão diante de um processo no qual a relação assimétrica de poder os coloca em posição subalterna (DE FREITAS; NÓBREGA, 2022).

Os grupos minorizados são entendidos, então, não como aqueles que se apresentam em menor número, mas como os grupos que não estão em posição dominante de poder (SILVEIRA; FREITAS, 2017, apud. GODINHO, 2021, p. 25). Por expressarem diferenças que escapam da norma, as minorias ficam sujeitas às práticas de exclusão, inferiorização e “estão constantemente lutando pelo reconhecimento de políticas públicas e para ter suas vozes ouvidas pela sociedade” (GODINHO, 2021, p. 26).

Considerando estas problemáticas, sendo as desigualdades de gênero o cerne de nossa investigação, faz-se relevante compreender que o gênero indica uma construção cultural (SCOTT, 1995) que quando articulado à raça e à classe, é capaz de nos revelar a origem das opressões. Neste sentido, o gênero pode ser entendido como:

a criação inteiramente social de idéias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. "Gênero" é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado (SCOTT, 1995, p.75).

Assim, o gênero é um campo onde se articula o poder (SCOTT, 1995), visto que, por meio dele, é permitido ou restringido o acesso a recursos ou espaços. Tais relações se justificam a partir de diferenças biológicas, como força física e capacidade reprodutiva, que sujeitam as mulheres aos homens, e da divisão sexual do trabalho. Os imaginários fundamentados na noção patriarcal de que as mulheres são naturalmente responsáveis pela esfera privada da vida enquanto os homens pela esfera pública, impõe modelos de “feminilidades, representadas pela fragilidade e sensibilidade, e masculinidades, marcadas pelo homem guerreiro e trabalhador” (DINIZ, 2016, apud. VIEIRA, 2019, p. 140). Por conta disso, as mulheres são silenciadas e excluídas dos espaços de tomadas de decisões, como explica Vieira (2019):

Ainda que velado, tal silenciamento sugere uma submissão feminina na organização da casa, em que os homens têm direito à voz, as mulheres não. O padrão de masculinidade numa sociedade patriarcal está conectado ao que é público, ao poder, ao domínio discursivo, à voz, enquanto à feminilidade se atribui o silêncio, os gestos contidos, o espaço do privado (VIEIRA, 2019, p. 141).

De acordo com Hirata e Kergoat (2007), a redução das práticas sociais a papéis já destinados naturalmente pelo sexo, atribui aos homens não só os espaços, mas também as funções com maior valor social adicionado, o que mantém a relação de subalternidade das mulheres. Hooks (2018) nos sinaliza que para romper com este sistema que nega o caráter socio-cultural da construção das diferenças, é preciso lutar contra a estrutura capitalista de supremacia branca e patriarcal. Segundo a autora, apenas a busca por direitos iguais não é capaz de encerrar a exploração que mantém um grupo como dominante em relação aos demais, os dominados.

A partir disso, percebemos que a complexidade das desigualdades de gênero, por serem construídas culturalmente, se dá em cada contexto de uma maneira diferente. Estabelecendo interseções com raça, classe, etnia, orientação sexual e regionalidades que são constitutivas das pessoas (BUTLER, 2003), em um país pluricultural como o Brasil, que se fundamentou a partir da concepção colonial de raça para legitimar as relações de dominação (BARTHOLOMEU, 2020), não é possível pensar no gênero como algo desconectado desses outros marcadores de diferença que constituem a sociedade.

Assim, faz-se necessário compreender que o nosso país formou-se sob bases assimétricas de poder, por meio de uma miscigenação “construída através da violência sexual, física e psicológica de mulheres negras” (BARTHOLOMEU, 2020, p. 3) que foram subjugadas pelos marcadores de gênero e raça. Segundo Lélia Gonzalez, há uma visão

pré-determinada das negras na sociedade brasileira que colabora para a perpetuação das desigualdades. Ao mesmo tempo que há preconceito e hipersexualização, têm-se também a negação deste passado escravocrata, o que dificulta a compreensão do racismo estrutural. Assim, a experiência colonial permanece no imaginário compartilhado pela sociedade, mantendo as mulheres negras em posição subalterna e impedindo a criação de ações afirmativas que tentem trazer alguma igualdade de oportunidades:

Mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta. Basta a gente ler jornal, ouvir rádio e ver televisão. Eles não querem nada. Portanto têm mais é que ser favelados. Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus. Preto aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a gente tem (GONZALEZ, 1984, p. 226).

Essa noção de que todos somos brasileiros e por isso não há distinção é baseada em princípios também coloniais e modernos que valorizam o sujeito universal: o homem branco, heterossexual e ocidental, produtor do conhecimento científico e detentor da racionalidade, o que contribui para a manutenção da estrutura hierárquica que classifica os diferentes sujeitos (HALL, 1995, apud. MORAES; SILVA, 2019) e transforma suas diferenças em desigualdades (MORAES; silva, 2019). Fortalece-se, assim, a subordinação dos grupos dominados por meio da fabricação de discursos hegemônicos (BARTHOLOMEU, 2020), que mantém, a partir de perspectivas e vivências privilegiadas, o controle dos espaços de decisões coletivas sob a ótica dos grupos dominantes de universalidade.

No entanto, o que se vê a partir do Dossiê³⁶ de Teresa Sacchet e Daniela Rezende (2021), é que, na América Latina, o Brasil tem um dos menores números de mulheres em posições de tomada de decisão política e as mulheres negras são ainda menos presentes. Na Câmara dos Deputados, em 2018, as mulheres eleitas representavam 15%, sendo 13 candidatas negras³⁷ (SACCHET, 2020, apud. SACCHET; REZENDE, 2021). As autoras explicam que os partidos são atores essenciais no processo eleitoral e podem promover ou limitar a presença dos grupos minorizados no cenário político:

São os partidos que aglutinam e organizam ideias e interesses transformando-os em projetos políticos, conduzem o processo eleitoral por meio da construção de listas de candidatos e distribuição de recursos, organizam a representação política através de suas bancadas, dentre outras atribuições do processo eleitoral e legislativo (SACCHET; REZENDE 2021, p. 156)

³⁶ Partidos políticos, gênero e raça: estudos e debates sobre estruturas internas, eleições e representação política.

³⁷ Em 2022 o número de Deputadas cresceu 18%, somando 91 eleitas, das quais 29 são negras. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2020/eleicao-em-numeros/noticia/2022/10/03/brasil-elege-numero-recorde-de-mulheres-e-negros-para-a-camara.ghtml> Acesso em: 20/07/2023.

Por isso, valemo-nos também da Teoria do Multiculturalismo de Kymlicka que defende a necessidade de direitos de representação que objetivam resgatar a “cidadania das minorias, acorde com um modelo de Estado Democrático de Direito, no qual todos os seres humanos devem ser titulares da soberania popular para poder, assim, tomar parte das decisões políticas que irão definir seu presente e seu futuro” (LOPES, 2006, p. 57) a fim de contribuir para o fim das desigualdades.

Neste sentido, a contestação da dualidade entre esfera pública e privada que atribui às mulheres papéis subalternos e produzem padrões masculinos de autoridade (BIROLI; MIGUEL, 2015) e a participação destes grupos nos espaços públicos são importantes para romper com os papéis convencionais de gênero. Para Biroli e Miguel (2015):

[...] a defesa de relações mais justas e democráticas na esfera privada leva a refletir sobre os papéis convencionais de gênero e a divisão do trabalho, expondo suas implicações para a participação paritária de mulheres e homens na vida pública. Relações mais justas na vida doméstica permitiriam ampliar o horizonte de possibilidades das mulheres, com impacto em suas trajetórias pessoais e suas formas de participação na sociedade (BIROLI; MIGUEL, 2015, p. 23).

A autoridade que mantém a relação de dominados e dominantes e que resulta nas violências de gênero, são justificadas pelas diferenças entre as identidades femininas e masculinas e sua conseqüente hierarquização. Conforme Silva Junior (2006 apud CARVALHO; FERREIRA; SANTOS, 2010, p. 49):

A violência baseada no gênero é aquela praticada pelo homem contra a mulher que revele uma concepção masculina de dominação social (patriarcado), propiciada por relações culturalmente desiguais entre os sexos, nas quais o masculino define sua identidade social como superior à feminina, estabelecendo uma relação de poder e submissão que chega mesmo ao domínio do corpo da mulher (SILVA JUNIOR, 2006).

Deste modo, segundo Piscitelli (2009), é necessário buscar perspectivas que questionam a naturalização da inferioridade feminina pela sociedade patriarcal:

Essas abordagens questionam o suposto caráter natural dessa subordinação, sustentando, ao contrário, que ela é decorrente das maneiras como a mulher é construída socialmente. Isto é fundamental, pois a ideia subjacente é a de que o que é construído - ao não ser natural, inato, fixo - pode ser modificado. Portanto, alterando-se as maneiras como as mulheres são percebidas, seria possível mudar o espaço social por elas ocupado (PISCITELLI, 2009, p. 133).

Neste mesmo sentido, Pinto (2010) afirma que as desigualdades não devem ser tidas como algo imutável, e sim como um dado a ser analisado para que ações eficazes sejam

providenciadas para mudar a posição do ser feminino nos espaços de poder, o que afetará radicalmente sua posição em todas as esferas. Ainda segundo a autora, compreender esta estrutura social possibilita o desenvolvimento de políticas estratégicas que não sejam meramente procedimentais, e sim eficientes no combate à desigualdade de gênero.

Por isso a presente pesquisa mostra-se necessária, visto que analisar os planos de governo é analisar as ações estratégicas que estão sendo propostas para atender às demandas sociais³⁸. Ainda é capaz de nos proporcionar uma visualização de como tais questões são hierarquizadas pelas candidatas, que assumem uma responsabilidade com a população e o Estado a partir deste documento que age como um contrato (MATIAS, BARROS, 2019, p. 353). Além disso, nos é caro elucidar a relevância dos planos analisados aqui, uma vez que “é muito mais provável que as demandas por direitos das mulheres sejam defendidas por mulheres do que por homens, independente da posição política, ideológica e mesmo de inserção no movimento feminista” (PINTO, 2010, p. 18). Sendo assim, nos propomos a perceber como os atravessamentos de gênero e a ocupação de um espaço como este, de corrida eleitoral, por mulheres, é capaz de perturbar a ordem patriarcal e racista que hierarquiza as identidades também no cenário político brasileiro.

2.2 Discurso Político e Imaginários Sociodiscursivos

Para essa análise, baseamo-nos nas teorias da análise do discurso (AD) de linha francesa, nos dispendo a analisar um objeto que é formado pela linguagem, social, histórica e politicamente, que nos revela os posicionamentos dos sujeitos e nos leva a compreender o discurso como um trabalho simbólico que significa (VIEIRA FILHO; PROCÓPIO, 2020). Vinculado ao contexto, o discurso, que se materializa na língua, possibilita a materialização da ideologia, já que, segundo Pêcheux (1975), não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia. Sendo assim, a AD possibilita a compreensão da linguagem como um acontecimento relacional que abrange também os sujeitos e a produção de sentidos (VIEIRA FILHO; PROCÓPIO, 2020).

Baseando-nos na noção de Charaudeau (2006, 2017) de que há uma dimensão implícita do discurso, que envolve as circunstâncias da produção e interpretação discursiva, e uma explícita, que diz respeito ao ato linguageiro em si, compreendemos que o sujeito que fala é, ao mesmo tempo, enunciador e ser social empírico. Dessa forma, o sentido veiculado

38

<https://www.gov.br/secretariadegoverno/pt-br/portalfederativo/guiainicio/prefeito/conteudos-importantes/plano-d-e-governo-para-4-anos>

pelas palavras depende tanto de quem é o sujeito quanto do que ele diz (CHARAUDEAU, 2006).

Levando em consideração que o objetivo do candidato é atingir o maior número de pessoas possível, compreendemos que para a construção de sua candidatura serão utilizadas estratégias a partir do acesso aos imaginários partilhados pela população (CHARAUDEAU, 2006), que poderão garantir identificação dos eleitores e adesão às propostas. O imaginário que pode, então, ser positivo ou negativo dependendo da situação, revela-se sociodiscursivo por ser construído socialmente e materializar-se na memória coletiva por meio do discurso (CHARAUDEAU, 2017). Dessa forma, eles são capazes de tornar coerentes a “relação entre a ordem social e as condutas, e cimentar o elo social com a ajuda dos aparelhos de regulação que são as instituições” (CHARAUDEAU, 2017, p. 578).

Por isso, compreendendo os atores políticos como representantes institucionais, nos é cara a análise de como e quais imaginários, a partir de seus programas políticos que materializam os discursos, aparecem ou são ocultados, visto que para garantir a pluralidade no espaço público, é necessário, segundo Young (2006), que os sistemas representativos expressem aspectos das diferentes identidades que compõem o eleitorado e não a individualidade de cada eleitor. Neste sentido:

Cada grupo tem percepções diferentes sobre os demais, e compreensões diferentes sobre a história e a configuração atual das relações sociais. Se apenas algumas poucas dessas compreensões influenciam as discussões e as decisões, os atores políticos ficam mais propensos a perpetuar a injustiça ou a agir com imprudência (YOUNG, 2006, p. 175).

Assim, utilizaremos o repertório da AD também como aporte metodológico, compreendendo que os imaginários sociodiscursivos revelam-se nas práticas sociais e organizam os sistemas de pensamento na materialidade do discurso, criando doutrinas, teorias e opiniões (CHARAUDEAU, 2017, p. 580), capazes de pautar certas demandas sociais como relevantes ou não. Ainda, entendemos que a interpretação das imagens partilhadas coletivamente são explicadas por saberes de conhecimento e de crença que são percebidos discursivamente em nosso objeto de estudo.

Compreendemos ainda o discurso como um jogo, (CORRÊA-ROSADO, 2014) envolvendo os sujeitos do circuito externo do ato linguageiro: o sujeito comunicante (EUc) que é um ser social interpelado por valores, opiniões e vivências, e o sujeito interpretante (TUi), condutor do processo interpretativo também entendido como um ser social; e do interno: sujeito enunciator (EUe), que expressa no discurso as intenções do comunicante, e

sujeito destinatário ideal (TUd), também projetado pelo comunicante e que pode ou não condizer com suas idealizações.

Em virtude disso, nos propomos, baseadas neste aporte teórico-metodológico, a identificar como as enunciadoras (candidatas) buscaram garantir adesão da instância cidadã e mobilizaram imaginários sociodiscursivos acerca das feminilidades e desigualdades de gênero percebidas e também experienciadas por elas.

2.3 ANÁLISES DOS PLANOS DE GOVERNO DAS CANDIDATAS À PRESIDÊNCIA EM 2022

O nosso *corpus* é baseado, então, no recorte de gênero e por isso selecionamos os planos de governo das quatro chapas das candidatas à presidência e seus respectivos candidatos à vice presidência. Assim, temos Simone Tebet e Mara Gabrilli (Coligação Brasil para Todos), Sofia Manzano e Antonio Alves (PCB), Soraya Thronicke e Marcos Cintra (União Brasil) e Vera Lúcia e Raquel Tremembé (PSTU).

Neste caso, consideramos as candidatas como seres sociais e seus partidos, coligações, princípios e valores cumprem a função de sujeito comunicante (EUc) que, por meio da documentação de propostas produz um sujeito enunciator (EUe), entendido como a chapa candidata. Para cada candidata há um destinatário idealizado (TUd) específico, que varia devido ao eleitor ideal de cada programa político. Enquanto isso, o sujeito interpretante (TUi) é qualquer pessoa, independente da intenção, que acessa o plano de governo.

A leitura destes documentos, quando relacionada ao circuito externo do ato de linguagem, nos revela os posicionamentos ideológicos e as intenções das candidatas. Para este estudo, nos propomos a realizar uma análise qualitativa dos temas que identificamos ter relação com as desigualdades de gênero e, assim, separamos as temáticas em seis tópicos: Violência; Trabalho e renda; Trabalho doméstico e maternidade; Saúde; Intersecção gênero e raça; Representação política.

2.3.1 VIOLÊNCIA

O plano da candidata Soraya propõe uma estratégia efetiva de proteção às mulheres, crianças e idosos vítimas de violência doméstica e ampliação do número de delegacias da mulher, priorizando os municípios onde a violência doméstica é maior. As propostas aparecem no tópico de segurança pública do plano, mas por “estratégia efetiva” não fica

evidente o que a candidata propõe para de fato proteger as mulheres além de aumentar as delegacias, o que, apesar de ampliar a possibilidade de denúncia e atendimento à vítima, não evita que as violências ocorram. Ainda, a violência de gênero não é relacionada ao patriarcado que, segundo Silva Júnior (2006, apud CARVALHO; FERREIRA; SANTOS, 2010), fundamenta a submissão feminina que pode ser estabelecida à força, caso seja perturbada, resultando em atos que agridem a integridade física, moral, psicológica e/ou patrimonial das mulheres.

Percebemos que ao trazer dados sobre a violência no Brasil antes da exposição de estratégias, mobiliza-se um saber de conhecimento, na intenção de justificar as medidas propostas. No entanto, agrupar os diferentes tipos de violência e também outros grupos prioritários (crianças e idosos em ambiente doméstico) como alvo das políticas de segurança revela que as especificidades do gênero não foram mobilizadas, fazendo com que a estrutura patriarcal, que origina as violências de gênero, não seja perturbada por tais políticas. Dessa forma, identificamos a mobilização do imaginário de violência de gênero não sistêmica.

Simone Tebet compromete-se a combater o feminicídio e a violência doméstica com campanhas de conscientização. Além disso, a punição é citada, evidenciando que há um outro responsável pelos atos violentos que é, normalmente, conhecido pela vítima. Isso nos é sinalizado pela proposta de ampliação de patrulhas Maria da Penha para combate à violência sistêmica sofrida pelas mulheres em âmbito doméstico e familiar. Segundo Bianchini (2012, apud. SANTOS, WITECK, p. 8, 2016)

A violência doméstica contra a mulher enquadra-se nos termos da Lei Maria da Penha quando há um vínculo afetivo, doméstico e familiar entre o autor da violência e a vítima. Esse vínculo não necessariamente precisa ser biológico, podendo ser também afetivo, ou seja, ocorre quando há uma relação de convivência entre os envolvidos (BIANCHINI, 2012 apud. SANTOS, WITECK, p. 8, 2016).

Ainda, segundo Zimerman (2008, apud. SANTOS, WITECK, p. 11, 2016), a violência doméstica apresenta-se em diferentes graus e situações, já que o vínculo entre a vítima e o agressor é capaz de ofuscar a consciência. Podemos ainda relacionar este fato com a proposta do plano de governo de implementar canais mais seguros de denúncia, o que nos sugere que os canais existentes agora ainda são deficientes, capazes de resultar em subnotificações por receio das vítimas de denunciarem.

Por conseguinte, o reconhecimento do caráter sistêmico da violência e a proposta de realização de campanhas nos sinaliza uma estratégia de combate mais ampla, que compreende as raízes da violência contra a mulher. Percebemos, então, a mobilização de um imaginário de

violência que vai de encontro a que é conceituada pela Lei Maria da Penha, que destaca o gênero como motivador de tais agressões.

Percebemos que no plano de Sofia Manzano mobiliza-se o imaginário de violência interseccional e sistêmica ao se comprometer com o combate às opressões (machismo, racismo, LGBTfobia) e a garantia de direitos e condições dignas de vida. Compreendemos, neste caso, que mulheres com marcadores diferentes, como raça e orientação sexual, terão seus direitos garantidos, já que diferentes formas de opressão que podem incidir sobre elas devido ao marcador de gênero foram citadas.

Há também a proposta de realização de campanhas acessíveis de divulgação sobre os tipos de violência contra crianças e mulheres e sobre onde e como denunciar. Identificamos que o termo "acessível" pode se referir, de maneira implícita e considerando o viés anticapitalista do partido da candidata (PCB), também aos marcadores de classe e regionalidade, por exemplo.

De modo semelhante, o plano de Vera Lúcia afirma ser necessário que “[...] as lutas das mulheres contra a opressão, a violência e a falta de direitos sejam assumidas por todos os trabalhadores” e que é preciso união contra o machismo para agir contra a dominação burguesa. Tais afirmações vinculam a opressão da mulher ao sistema capitalista que, de acordo com Saffioti (1987), contribui para a manutenção dos privilégios masculinos. Para a autora, o sistema econômico vigente potencializa o machismo ao conceder benefícios aos homens, tanto ideológicos quanto econômicos.

Ainda garante-se, no plano, a ampliação da Lei Maria da Penha e delegacias especializadas, centros de referência e casas de abrigo para as vítimas e filhos e o combate à LGBTfobia, violência doméstica, assédio e feminicídio. Percebemos a construção destas propostas baseadas em um saber de conhecimento, já que previamente foram expostos dados que evidenciam as necessidades que pretendem ser supridas pelo governo. Foram, então, mobilizados os imaginários da necessidade de uma luta coletiva, o que vai de encontro à noção de Bell Hooks de que a luta das mulheres deve ser anti sexista, ou seja, contra todos os preconceitos que se baseiam nos sexos, e não apenas por direitos iguais entre homens e mulheres, e da violência sistêmica e estrutural.

2.3.2 TRABALHO E RENDA

No plano de Soraya Thronicke identificamos a implementação de programas de microcrédito e fomento ao empreendedorismo feminino como propostas principais quando se

trata de geração de renda feminina. Ainda há o reconhecimento do “comportamento empreendedor das mulheres”, o que acaba por ocultar que muitas vezes o empreendedorismo é a saída para muitas mulheres que não encontram no mercado de trabalho oportunidades justas, salários iguais ou mesmo não são contratadas pelo fato de serem mães ou estarem em idade fértil. Percebemos, assim, contradições no programa político, visto que ele próprio traz dados que revelam que as mulheres têm desvantagens econômicas em relação aos homens, como o menor acesso ao crédito e financiamento e o pagamento de taxas de juros 3,5% maiores.

Há também a proposta de implementação de uma Política de Apoio e Desenvolvimento de Microempreendedores Individuais (MEI), Micro e Pequenas Empresas (MPEs), além de acesso ao crédito orientado (capacitação, tecnologia e financiamento). O plano também prevê o fortalecimento do Pronaf Mulher, que promove financiamento às atividades da mulher agricultora. Dessa forma, identificamos no programa político de Soraya o imaginário de que a mulher tem responsabilidade individual na sua geração de renda, visto que não há propostas de auxílios financeiros e outras medidas para inserção feminina no mercado de trabalho. O plano, portanto, negligencia o fato de as mulheres estarem submetidas a papéis específicos determinados pela divisão sexual do trabalho o que, de acordo com Biroli (2018), traz inúmeras desvantagens, não só econômicas:

De fato, na conformação conjunta do capitalismo e do patriarcado em seus padrões atuais, as mulheres são posicionadas como um grupo onerado pelo cotidiano de trabalho prestado gratuitamente, direcionado a ocupações específicas, menos remunerado que os homens que desempenham as mesmas atividades e sub-representado na política (BIROLI, 2018, p. 30).

Já Simone Tebet, além da ampliação do microcrédito e a inclusão produtiva feminina, propõe a construção de moradias subsidiadas voltadas a famílias de baixa renda e mais vulneráveis, principalmente as lideradas por mulheres. Compreendemos que foram mobilizados imaginários de necessidade de proteção social e poder estatal de intervenção. No entanto, não são propostas políticas que visam auxílios financeiros e equiparação salarial, o que contribui para a continuação das mulheres em situação de vulnerabilidade.

Dentre as promessas de Sofia Manzano estão a melhora da qualidade de vida das trabalhadoras e trabalhadores e a redução da jornada de trabalho para 30 horas semanais sem redução do salário com reajuste automático, sinalizando o imaginário de necessidade de intervenção estatal que aparece também nas de Vera Lúcia, que são a defesa de emprego, direitos e renda, com igualdade de oportunidades.

2.3.3 TRABALHO DOMÉSTICO E MATERNIDADE

Dividimos o tema trabalho para compreender a relação que foi estabelecida entre o trabalho doméstico e a maternidade e como ambos foram mobilizados pelas candidatas para abordar (ou não) a desvalorização do trabalho doméstico, originada na divisão sexual do trabalho que, segundo Biroli e Miguel (2015), relaciona-se também a arranjos familiares convencionais em que a mulher assume o papel de “dona de casa”.

Observamos que no plano da candidata Soraya Thronicke, ao se propor unicamente o aumento do número de creches e seu funcionamento adequado para que a mulher tenha liberdade para exercer as atividades profissionais, a ideia de que a mulher é responsável pelos filhos é reforçada. Desse modo, estabelece-se a dualidade entre o espaço público e privado, que foi implicitamente mobilizada no plano, atribuindo às mulheres a prioridade da dedicação à vida doméstica e familiar, o que colabora para a visão de uma domesticidade feminina que seria natural (BIROLI; MIGUEL, 2015).

Percebemos, ainda, que os pais já têm essa liberdade de exercer suas funções na esfera pública da vida, não precisando ser liberados da tarefa de cuidar dos filhos como as mulheres. Assim, o plano constrói os imaginários da maternidade como obstáculo para as mães, do cuidado naturalmente feminino e da sobrecarga pelo acúmulo de tarefas sem citar a responsabilidade paterna.

Simone Tebet também atribui às mulheres a responsabilidade do cuidado com a família. Neste programa, é prometida a garantia às mulheres do direito ao planejamento familiar, indicando uma responsabilização do governo em orientar e possibilitar a formação da família de forma segura. Todavia, garantir a elas este direito sinaliza que, por conta de um atributo biológico, a capacidade reprodutiva, os homens são dispensados do cuidado e preocupação com a família, além de excluir outras pessoas que podem engravidar.

Já as propostas de Sofia Manzano incluem a ampliação da licença paternidade e da licença maternidade para no mínimo 12 meses “para que haja o devido compartilhamento do cuidado à criança” e a efetivação de políticas públicas que emancipem a mulher dos trabalhos domésticos, sinalizando a construção de creches, refeitórios e lavanderias públicas. Percebemos aqui não só a defesa de um Estado mais forte, que seria responsável por garantir a participação das mulheres no mercado de trabalho, ao se responsabilizar por tarefas normalmente realizadas em casa (esfera designada a elas), mas também a necessidade de institucionalizar a divisão dos cuidados com os filhos entre pai e mãe. Neste plano,

constrói-se o imaginário da maternidade e das tarefas domésticas como trabalho, contribuindo para o estabelecimento de relações mais justas, conforme aponta Biroli e Miguel (2015):

[...] a defesa de relações mais justas e democráticas na esfera privada leva a refletir sobre os papéis convencionais de gênero e a divisão do trabalho, expondo suas implicações para a participação paritária de mulheres e homens na vida pública. Relações mais justas na vida doméstica permitiriam ampliar o horizonte de possibilidades das mulheres, com impacto em suas trajetórias pessoais e suas formas de participação na sociedade (BIROLI; MIGUEL, 2015, p. 23).

Similarmente, a construção de lavanderias coletivas e restaurantes comunitários aparecem no plano da candidata Vera Lúcia, que defende ainda o fim da dupla jornada de trabalho, a socialização do trabalho doméstico e a estabilidade no emprego com cobertura integral durante o período de licença maternidade e paternidade. Neste plano observamos o reconhecimento do trabalho doméstico e da maternidade como uma responsabilidade social e não apenas feminina, visto que as medidas visam a responsabilização do governo por parte do cuidado com os filhos (com a ampliação de creches) e de outros serviços que ocorrem no lar.

2.3.4 SAÚDE

O plano da candidata Soraya Thronicke não inclui propostas específicas à saúde da mulher, evidenciando um silenciamento da pauta. Enquanto isso, Simone Tebet cita o fortalecimento da rede de cuidados para gestantes e puérperas, a fim de reduzir a mortalidade infantil, o que nos indica a utilização de um saber de conhecimento para construção da estratégia. Também propõe-se reforçar políticas públicas em saúde para grupos prioritários, como saúde materno-infantil e saúde da mulher. Neste caso identificamos que a saúde feminina é tratada como um tópico à parte, que merece propostas específicas e que não se restringe à capacidade gestacional, o que abrange mulheres que não são ou não querem/podem ser mães e de diferentes idades além da fértil.

Os planos de Sofia Manzano e Vera Lúcia defendem a legalização do aborto na ótica da saúde pública³⁹, com garantia de atendimento na rede pública de saúde. Essa proposta vai de acordo com os vieses ideológicos de ambas as candidatas que se localizam à esquerda no espectro político. Tendo em vista seus objetivos de transgredir e transformar a ordem vigente da sociedade, conseqüentemente percebemos em suas pautas a mobilização do imaginário

39

http://www.cofen.gov.br/uma-mulher-morre-a-cada-2-dias-por-cao-do-aborto-inseguro-diz-ministerio-da-saude_64714.html

antissexista, visto que a sociedade se estrutura em um tripé formado pelo racismo, sexismo e capitalismo (SAFFIOTI, 1987). Sendo assim, as propostas citadas podem ser legitimadas a partir das noções de políticas feministas de Bell Hooks (2018):

De repente, a política começou a ser aos poucos removida do feminismo. E prevaleceu a hipótese de que não importa o posicionamento político de uma mulher, seja ela conservadora ou liberal, ela também pode encaixar o feminismo em seu estilo de vida. [...] Por exemplo, vejamos a questão do aborto. Se feminismo é um movimento para acabar com a opressão sexista, e se privar mulheres de seus direitos reprodutivos é uma forma de opressão sexista, então uma pessoa não pode ser contra o direito de escolha e ser feminista. Uma mulher pode afirmar que jamais escolheria fazer aborto enquanto afirma seu apoio ao direito de as mulheres escolherem, e ainda ser uma defensora de políticas feministas. Ela não pode ser antiaborto e defensora do feminismo (Hooks, 2018, p. 21)

Dessa forma, compreendemos a mobilização da pauta não só como uma questão de saúde, mas também política, visto que defende o direito de escolha das mulheres, vinculada à luta contra a dominação da supremacia masculina branca e burguesa.

2.3.5 INTERSECÇÃO: GÊNERO, RAÇA E CLASSE

Compreendendo a incidência desigual das desvantagens e opressões sofridas pelas mulheres quando somam-se outros marcadores de diferença ao gênero, como raça e classe, visto que “se as mulheres da classe dominante nunca puderam dominar os homens de sua classe, puderam, por outro lado, dispor concreta e livremente da força de trabalho de homens e mulheres da classe dominada” (SAFFIOTI, 1969, apud. BIROLI, 2015, p. 29), julgamos relevante analisar como essa intersecção foi tematizada e abordada nos planos analisados.

Primeiramente, identificamos que no programa de Soraya Thronicke não há citação ao racismo ou propostas específicas destinadas às mulheres negras. Isso nos sinaliza uma comprovação do pensamento de Lélia Gonzalez (1984) em relação à manutenção da estrutura racista no país. Segundo ela, as classes dominantes não buscam desenvolver um trabalho democrático que seja capaz de construir uma nacionalidade brasileira, pois esta exigiria a incorporação da cultura negra, o que, conseqüentemente, evidenciaria o passado escravocrata do Brasil que essas classes buscam ocultar com a utilização do mito da democracia racial. Assim sendo, percebemos que o silêncio serve também para comunicar a manutenção do pensamento hegemônico que estrutura a sociedade de forma hierárquica, fundamentando as desigualdades.

Por outro lado, Simone Tebet pauta o combate ao racismo estrutural e a manutenção da política de cotas e ações afirmativas a fim de promover maior igualdade racial, social e de gênero. O reconhecimento do racismo como algo estrutural e as propostas seguintes confirmam a noção de que quanto mais os marcadores de diferença incidem na vida de uma pessoa, mais sujeita às opressões que a marginaliza ela é, e por isso necessita de mais políticas públicas a fim de garantir seus direitos. No mesmo sentido, a candidata Sofia Manzano defende o fim do racismo e do machismo, vinculando ambos, propondo a garantia de direitos aos grupos afetados e a manutenção das cotas raciais. As candidatas utilizam, assim, o imaginário da interseccionalidade para construir suas propostas.

Observamos que o plano de governo da candidata do PSTU, Vera Lúcia, utiliza o saber de conhecimento para fundamentar suas propostas. Nele são citados diversos dados a fim de demonstrar que as mulheres negras são a maioria das vítimas da violência, das mortes maternas, do desemprego e da pobreza, recebendo em média cerca de 40% do salário dos homens brancos, fortalecendo o imaginário da interseccionalidade, com destaque à questão de classe. Como proposta, no entanto, há apenas a defesa da igualdade salarial entre negros e brancos, o que enfraquece o discurso e não materializa nas estratégias essa relação entre gênero, raça e classe.

2.3.6 REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

Em relação à inserção das mulheres na esfera pública da vida, com foco na representação e nos espaços de tomada de decisões, buscamos analisar como as estratégias foram mobilizadas a fim de desarticular a dominação masculina na política e em outros espaços, visto que “nas grandes sociedades de massa a representação e a participação se requerem uma à outra para que haja uma política plenamente democrática” (YOUNG, 2006, p. 143).

Percebemos que Simone Tebet promete a nomeação de um ministério paritário entre homens e mulheres, restringindo o tópico, assim, à participação política. Foi mobilizado, então, o imaginário de uma necessidade de representação feminina no que diz respeito ao espaço governamental, mas não trabalhou-se outros espaços da esfera pública onde a hierarquização dos gêneros mantém as relações assimétricas de poder.

Similarmente, a proposta da candidata Sofia Manzano tem o mesmo objetivo. Entretanto, busca-se atingi-lo por meio da “convocação de Assembleia Constituinte de Novo Tipo, com uma representação que corresponda à maioria social do país e às organizações de

massas dos trabalhadores, revertendo de uma vez por todas o sistema que transforma as maiorias sociais em minorias na representação política”. Identificamos que busca-se romper com a estrutura política que fundamenta-se nas perspectivas de pequenos grupos que dominam as discussões e decisões políticas, que, segundo Young (2006) “definem as prioridades políticas, os termos nos quais elas são discutidas e a noção de relações sociais que enquadra a discussão. Ao mesmo tempo, essas perspectivas frequentemente não são reconhecidas como um modo específico de olhar as questões em pauta, mas tomadas como neutras e universais” (YOUNG, 2006, p. 172).

Contrariamente, a participação feminina em esferas públicas da vida não foi citada nos planos de Soraya Thronicke e Vera Lúcia, sinalizando, mais uma vez, negligência com algumas pautas que dizem respeito às mulheres e perpetuam as desigualdades de gênero.

2.4 PROBLEMATIZAÇÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Baseando-nos nas noções de políticas feministas (Bell Hooks, 2018), compreendemos que o gênero não só faz parte, mas articula as relações de poder na sociedade, bem como o capitalismo é capaz de manter as estruturas patriarcais e racistas. Assim sendo, levando em consideração os posicionamentos políticos das candidatas analisadas e de seus partidos, podemos compreender as escolhas estratégicas utilizadas em suas propostas relacionadas às desigualdades de gênero. De acordo com Cypriano, Rezende e Assis (2008), o liberalismo baseia-se em uma perspectiva de que os indivíduos são iguais e por isso o governo deveria adotar uma postura política neutra. Como vimos anteriormente, essa noção de universalidade dos sujeitos silencia o fato de que as diferenças foram e são utilizadas como fatores para legitimar relações de opressão e marginalização de grupos minorizados.

Em virtude desse ideal de igualdade, percebemos que as propostas dos planos das candidatas Simone Tebet e Soraya Thronicke, posicionadas no centro ou centro-direita do espectro direita-esquerda, tendem a propor medidas e políticas públicas que buscam lidar com as situações de desigualdades de gênero de forma pontual, mascarando sua origem estrutural ou então que reforçam os imaginários da feminilidade convencional, baseada na lógica patriarcal que condiciona as mulheres à vida privada, à maternidade, ao cuidado etc. Logo, percebemos que busca-se manter essa posição neutra em relação às estruturas, o que pode relacionar-se à afirmação de Pinto (2010), ao refletir sobre as noções de Butler (2003), de que “o espaço político, por ser o mais masculino dos espaços, é onde a mulher mais aparece como mulher e mais necessita ser menos mulher para ser candidata e eleita” (PINTO, 2010, p. 21).

Evidencia-se aqui, as noções de espaço público e privado e também de feminilidades e masculinidades, visto que o espaço político é tido como masculino por se localizar na esfera pública e ao mesmo tempo exigir características como racionalidade e inteligência, designadas aos homens. Nessa perspectiva, as mulheres, que são emocionais e frágeis, condizem com a esfera privada e por isso, caso queiram ser candidatas e eleitas, dignas de crédito e adesão popular, devem abrir mão de suas características femininas. De acordo com Pinto e Moritz (2010, apud. PINTO, 2010, p. 20) “mesmo quando as mulheres ultrapassam barreiras pessoais e partidárias e tornam-se candidatas, [...] estas mulheres não enfatizam nem o fato óbvio de serem mulheres e, portanto, de serem uma novidade, nem articulam, em suas plataformas, com destaque, temas presentes nas lutas femininas”. Desse modo, as escolhas de ambas as candidatas em evidenciar ou silenciar algumas questões podem revelar essa condição necessária para a ocupação do espaço público e também de garantir que os valores defendidos pelos seus partidos não sejam questionados.

Em contrapartida, as candidatas que defendem ideais da esquerda, Sofia Manzano e Vera Lúcia, trazem em seus programas políticos, na maior parte das vezes, propostas que relacionam a subordinação feminina à estrutura capitalista-racista vigente. Desse modo, observamos que estas promessas esperam não só lidar com os casos de desigualdade de forma isolada, mas reconhecendo a interseccionalidade existente entre eles e compreendendo que as transformações políticas devem objetivar o fim da opressão sexista. Assim, percebemos também que a condição de “ser mulher” de ambas e as suas vivências podem ter influenciado na construção das propostas políticas, visto que muitas vezes foram expostas opiniões em primeira pessoa (como no plano de Vera Lúcia: “nós defendemos que as lutas das mulheres contra a opressão, a violência e a falta de direitos sejam assumidas por todos os trabalhadores”) e/ou utilizado saber de conhecimento (dados e pesquisas relacionadas às desigualdades de gênero) a fim de garantir credibilidade às estratégias.

Compreendemos que estes dois projetos políticos, por carregarem e evidenciarem marcadores de interseccionalidade e desafiarem a ordem hierárquica da política brasileira, têm efeitos de invasão e fazem com que se perca a “inviolabilidade, a sua clausura, seu espaço intacto de reprodução de discurso de poder” (PINTO, 2010, p. 20) em que se fortalece o pensamento hegemônico. Assim, a instância cidadã, fundamentada nesta estrutura patriarcal e universalizante, recebe as falas como sendo falas marcadas, permeadas por características opostas ao que é universal e masculino (PINTO, 2010).

Relacionando as problemáticas aqui expostas com a noção de Phillips (1996, apud PINTO, 2010, p. 18), entendemos que nem sempre a presença significará a defesa da ideia, ou

seja, a ocupação do espaço político por mulheres, não necessariamente significa progressos no combate à opressão sexista. No entanto, a presença feminina em um espaço demarcado como masculino colabora para a ampliação da esfera pública às mulheres e também para a ruptura das condições de feminilidade convencionais.

2.5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTHOLOMEU, J. Escrivivências: As contribuições de Sueli Carneiro e Lélia Gonzales ao pensamento Social Brasileiro. *Pensata: Revista dos Alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNIFESP*, [S. l.], v. 9, n. 2, 2021. DOI: 10.34024/pensata.2020.v9.11758. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/pensata/article/view/11758>. Acesso em: 19 ago. 2021.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades**: limites da democracia no Brasil. [S. l.]: Boitempo Editorial, 2018. 252 p. ISBN 9788575596043.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e política**: uma introdução. [S. l.]: Boitempo Editorial, 2015. 168 p. ISBN 9788575593967.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, Carina Suelen de; FERREIRA, Débora Nayara; SANTOS, Moara Karla Rodrigues dos. Analisando a Lei Maria da Penha: a violência sexual contra a mulher cometida por seu companheiro. In: **Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas**, Londrina, 24-25 jun., 2010 (GT 5. Gênero e violência). Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/6.MoaraCia.pdf>. Acesso em: 30 maio. 2022.

CENTENO, A. R.; BRINGHENTI, T. F. S. Os presidenciais no debate ideológico: análise de conteúdo dos programas econômicos nas eleições de 2018. **Opinião Pública**, Campinas, v. 27, n. 3, p. 822-850, set-dez 2021.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. Traduzido por Fabiana Komesu e Dílson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2006. 328 p. ISBN 8572443185.

CHARAUDEAU, Patrick. Os estereótipos, muito bem. Os imaginários, ainda melhor. Traduzido por André Luiz Silva e Rafael Magalhães Angrisano. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 7, p. 571-591, jan./jun. 2017

CORRÊA-ROSADO, L. C. Teoria Semiociológica: Alguns pressupostos. **Revista Memento**, [S. l.], v. 05, n. 2, p. 1-18, jul./dez. 2014. ISSN 2317-6911. Disponível em: http://periodicos.unincor.br/index.php/memento/article/view/1826/pdf_44

CYPRIANO, Breno; REZENDE, Daniela; ASSIS, Mariana Prandini. A presença das mulheres brasileiras na política: uma discussão sobre as cotas legislativas sob o enfoque da política da diferença. In: LÜCHMANN, L.; SELL, C.; BORBA, J. (Org.). **Movimentos**

sociais, participação e reconhecimento. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2008. p. 143-164.

DE FREITAS, Raquel Coelho; NÓBREGA, Luciana Nogueira. Indignação epistêmica e decolonização do conceito de minorias / Epistemic indignation and decolonization of the concept of minorities. **Revista Direito e Práxis**, [S.l.], abr. 2022. ISSN 2179-8966. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/62119>>. Acesso em: 30 jun. 2023.

GODINHO, Isac Oliveira. **Midiativismo e direitos humanos: análise discursiva de minimanuais de jornalismo humanizado.** 2021. 148 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2021.

GONZALEZ, Lélia, Racismo e sexismo na cultura brasileira, In: **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223-244.

HIRATA, Helena. KERGOAT, Danièle. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho.** Tradução: Fátima Murad. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

HOOKS, Bell. Políticas feministas: em que ponto estamos. In: **O feminismo é para todo mundo.** Políticas arrebatadoras. Tradução Ana Luiza Libânio. 1ª edição. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 2018.

LOPES, Ana Maria D. Ávila et al. Multiculturalismo, minorias e ações afirmativas: promovendo a participação política das mulheres. **Revista Pensar**, v. 11, p. 54-59, 2006.

MATIAS, J. C.; BARROS, J. A. As políticas sociais nos planos de governo dos presidentes 2018 no Brasil e a mídia. **Revista de Políticas Públicas**, v. 23, p. 339-355, 2019.

MORAES, Fabiana; SILVA, Márcia Veiga da. **A objetividade jornalística tem raça e tem gênero.** A subjetividade como estratégia descolonizadora. XXVIII Encontro anual da Compós. Porto Alegre. Junho de 2019.

PINTO, Céli Regina Jardim, Feminismo, história e poder. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 18, n. 36, jun. 2010, p. 15-23.

PISTICELLI, Adriana. **Gênero: a história de um conceito.** In: ALMEIDA, Heloisa Buarque de; SZWAKO, José Eduardo. Diferenças, igualdade. São Paulo, Berlendis & Vertecchia, 2009, pp. 116-148.

RAMALHO PROCÓPIO XAVIER, M.; JOÃO VIEIRA FILHO, M. Conservadorismo acima de tudo e de todos: imaginários sociodiscursivos nos discursos de posse presidencial de 2019. **Revista Mídia e Cotidiano**, v. 14, n. 3, p. 97-117, 5 set. 2020.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O Poder do Macho.** São Paulo: Moderna, 1987.

SACCHET, T.; REZENDE, D. . Apresentação do Dossiê: Partidos Políticos, Gênero e Raça: estudos e debates sobre estruturas internas, eleições e representação política. **Revista Feminismos**, [S. l.], v. 9, n. 2, 2022. DOI: 10.9771/rf.v9i2.47336. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/47336>. Acesso em: 7 jun. 2023.

SANTOS, Ana Paula Coelho Abreu dos; WITECK, Guilherme. **Violência doméstica e familiar contra a mulher**. 2016. Disponível em: <http://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/view/15858>. Acesso em: 16 abr. 2021.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, [S. l.], v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 6 jun. 2022

SILVA, Tomaz Tadeu da. **A produção social da identidade e da diferença**. In: SILVA, Tomaz T. da. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 73-102.

VIEIRA FILHO, Maurício João; PROCÓPIO, Mariana Ramalho. O ethos de Jair Bolsonaro: uma análise discursiva dos discursos da posse presidencial. **Temática**, ano 16, n. 08, 2020, p. 157 -171.

VIEIRA, L. G. **A história de uma cozinheira**: imaginários do universo culinário e gastronômico na narrativa de vida do livro de cozinha todas as sextas. 2019. 180 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2019.

YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 67, p. 139-190, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452006000200006>. Acesso em: 30 maio. 2022.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas análises aqui demonstradas, é possível perceber que os posicionamentos ideológicos de todos os candidatos abordados nas pesquisas revelam-se nos planos de governos, utilizados como corpus, a partir da materialização dos imaginários nos/pelos discursos. Assim, as ações propostas podem ser situadas, também, no espectro direita-esquerda, sinalizando como estas aparecem no espaço de disputas e tensionamentos de efeitos de sentido que fazem surgir as diferenças e as demandas de determinados grupos.

A partir dessa observação em relação às ideologias mobilizadas nos discursos, percebemos como a noção de universalidade, fundamentada por uma perspectiva liberal, pode silenciar as relações de poder que mantém a hierarquização entre identidades “ideais” e diferentes, sustentando as desigualdades sociais, que mobilizam não só o gênero, mas também raça e classe. Ainda, a partir do entendimento de gênero articulado à política, a forma como são construídos os imaginários acerca das feminilidades nos sinaliza o vínculo que se deseja perpetuar entre as estruturas capitalistas e racistas.

Apesar de utilizarmos no Capítulo 2, como objeto de estudo, apenas os planos de governo de candidatas que são atravessadas pelas desigualdades de gênero, percebemos que as medidas propostas muitas vezes são pontuais, a fim de implementar medidas que não rompam com a ordem vigente. Tal posição neutra em relação a algumas pautas também é constatada, no Capítulo 1, no plano do candidato que se localiza à direita do espectro político, Bolsonaro. Em ambas as situações, a origem estrutural das desigualdades de gênero, raça e classe é silenciada, o que reforça os imaginários de que a mulher é responsável pela esfera privada da vida e está sujeita ao domínio masculino por conta das características convencionais de feminilidade.

Sendo assim, notamos semelhanças entre os planos deste candidato com os de Simone Tebet e Soraya Thronicke, posicionadas no centro e centro-direita e que ocupam, também, posições de privilégio enquanto mulheres brancas e economicamente bem sucedidas. Por mais que suas identidades os sujeitem a vivências diferentes, as ações são baseadas em noções patriarcais, o que pode corroborar com a ideia Pinto (2010) de que as mulheres, no espaço político, que demanda características masculinas, vêm a necessidade de ocultar suas feminilidades para serem dignas de crédito e legitimidade. Além disso, percebemos o alinhamento ao liberalismo quando os programas universalizam os sujeitos e propõe políticas conservadoras em termos sociais.

Ainda, se assemelham mais os planos de Bolsonaro e Soraya ao negligenciar a questão do racismo no Brasil, país com passado escravocrata que ainda hoje submete pessoas negras e, principalmente as mulheres negras, às situações de marginalização. Ambos silenciam as necessidades específicas de grupos que, por terem a participação política limitada, têm demandas que exigem a revisão dos privilégios dos grupos dominantes para serem contempladas.

Podemos dizer, então, que estes candidatos, por associarem-se aos ideais liberais, reforçam os imaginários de que o espaço político deve manter restrições às características abarcadas pela feminilidade, a fim de, por parte do candidato, manter seus benefícios e, por parte das candidatas, conseguirem adesão popular. Notamos, então, que apenas a presença das mulheres no espaço público não representa progressos para a luta antissexista, assim como as estratégias que vislumbram prioridades de grupos específicos que já detém o poder.

Em contrapartida, observamos que os demais projetos políticos, de Lula, Sofia Manzano e Vera Lúcia, candidatos posicionados mais à esquerda do espectro, buscam tratar das desigualdades de gênero levando em consideração a interseccionalidade com raça e classe e também revelando demais marcadores sociais, como orientação sexual, que são utilizados para fundamentar as desigualdades a que estes grupos estão submetidos. Neste caso, percebemos propostas mais inclusivas, que buscam revelar a origem estrutural da hierarquização dos grupos e que pautam as medidas em prioridades coletivas.

Ainda é possível verificar nestes discursos a constatação de que as desigualdades são resultantes de uma política liberal, que preza pela liberdade individual e defende uma suposta igualdade entre todos os sujeitos, desconsiderando as dificuldades impostas pela desvalorização das diferenças. Aqui, verifica-se uma aproximação com a discussão acerca do conceito de minorias, visto que são estas estruturas criticadas que minorizam os grupos. Desse modo, os candidatos são mais incisivos na defesa de ações que podem transformar a realidade, responsabilizando o Estado pelo combate às opressões vivenciadas pelas minorias, em concordância com as noções da esquerda política de um governo promotor da justiça social e da igualdade.

Conforme os apontamentos, evidenciamos uma busca pela ruptura com as noções liberais que definem as posições masculinas e femininas na sociedade, visto que, principalmente nos planos de Sofia Manzano e Vera Lúcia, a subalternidade feminina é relacionada à estrutura vigente, branca, patriarcal e capitalista. Em ambos os planos, notamos que, por serem perpassadas pelas desigualdades de gênero, as candidatas buscam mobilizar o saber de conhecimento para justificar suas propostas.

Ficou nítido, também, que estes planos, assim como o do candidato Lula, por expor propostas que tendem, ou pelo menos a isso se propõe, a romper com as normas que hierarquizam a sociedade, são vistos como produções discursivas marcadas, que, muitas vezes, são recebidas pela instância cidadã, na qual estão enraizados os princípios patriarcais e coloniais, como ameaçadoras. O que percebemos é que relatar as desigualdades de gênero como uma problemática que demanda revisão e reordenamento na organização social, implica, ora na desafeição, ora no apoio das camadas minorizadas. Assim, a polarização afetiva que permeou as eleições de 2022 teve grande influência no decorrer deste período, guiando também as estratégias propostas pelas/os candidatas/os.

Se de um lado as mulheres puderam utilizar de sua posição social para reforçar a necessidade de suas ações, a partir da mobilização de suas experiências que garantiram legitimidade, de outro estas mesmas vivências foram ocultadas, a fim de não contrariar a ordem e, por consequência, serem deslegitimadas de ocuparem um espaço tradicionalmente masculino. Da mesma forma, os candidatos optaram por silenciar ou evidenciar pautas para garantir que seu público adepto não se sentisse ameaçado ou então reconhecesse suas reivindicações como algo a ser priorizado pelo futuro governo.

É, a partir destas reflexões que identificamos, na materialidade, como o gênero é capaz de organizar o mundo, tanto socialmente quanto politicamente (BIROLI; MIGUEL, 2015). Compreendemos, ainda, que para que os grupos minorizados sejam reconhecidos, é necessário não só citá-los nas propostas políticas, mas reconhecer as causas dos processos de opressão e de manutenção dos sistemas excludentes. Para isso, é imprescindível romper com os ideais de universalidade que estabelecem padrões de ser e estar no mundo a partir das oposições entre iguais e diferentes, masculino e feminino.

Desse modo, a presença de diferentes perspectivas no espaço público que promovam diálogos e a identificação das problemáticas é uma das maneiras de abarcar as demandas sociais de forma justa, a fim de construir uma democracia inclusiva e igualitária. Não basta, no entanto, que essa presença se dê de forma a não perturbar e questionar as estruturas, tratando as desigualdades como situações pontuais, decorrentes de acontecimentos individuais.

Por isso, a temática deve ser relacionada aos demais sistemas de pensamento que sustentam e determinam as relações de poder. Se o espaço ocupado por mulheres continua sendo racista, a opressão das mulheres negras continuará fazendo parte da realidade, mantendo imaginários colonizadores de supremacia branca. Da mesma forma, se a classe não

for levada em consideração, mulheres pobres continuarão sendo excluídas dos espaços de tomada de decisão e tendo suas demandas negligenciadas.

Por fim, concluímos que, para que as desigualdades de gênero, que ainda justificam violências físicas, verbais e simbólicas contra as mulheres, sejam pelo menos minimizadas, é preciso olhar para elas considerando todos os demais marcadores que podem perpassar as vidas femininas. Assim, tornar a presença feminina (e de outros grupos minorizados) cada vez mais frequente nos espaços públicos colabora para que os imaginários sexistas sejam rompidos, possibilitando maior igualdade de gênero e implementação de políticas públicas que emancipem as mulheres.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTHOLOMEU, J. Escrivivências: As contribuições de Sueli Carneiro e Lélia Gonzales ao pensamento Social Brasileiro. *Pensata: Revista dos Alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNIFESP*, [S. l.], v. 9, n. 2, 2021. DOI: 10.34024/pensata.2020.v9.11758. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/pensata/article/view/11758>. Acesso em: 19 ago. 2021.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades**: limites da democracia no Brasil. [S. l.]: Boitempo Editorial, 2018. 252 p. ISBN 9788575596043.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e política**: uma introdução. [S. l.]: Boitempo Editorial, 2015. 168 p. ISBN 9788575593967.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARNEIRO, Sueli. A batalha de Durban. In: *Revista Estudos Feministas*, ano 10, 1º semestre 2002, p. 210.

CARVALHO, Carina Suelen de; FERREIRA, Débora Nayara; SANTOS, Moara Karla Rodrigues dos. Analisando a Lei Maria da Penha: a violência sexual contra a mulher cometida por seu companheiro. In: **Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas**, Londrina, 24-25 jun., 2010 (GT 5. Gênero e violência). Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/6.MoaraCia.pdf>. Acesso em: 30 maio. 2022.

CENTENO, A. R.; BRINGHENTI, T. F. S. Os presidenciais no debate ideológico: análise de conteúdo dos programas econômicos nas eleições de 2018. **Opinião Pública**, Campinas, v. 27, n. 3, p. 822-850, set-dez 2021.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. Traduzido por Fabiana Komesu e Dílson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2006. 328 p. ISBN 8572443185.

CHARAUDEAU, Patrick. Os estereótipos, muito bem. Os imaginários, ainda melhor. Traduzido por André Luiz Silva e Rafael Magalhães Angrisano. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 7, p. 571-591, jan./jun. 2017

CORRÊA-ROSADO, L. C. Teoria Semiociológica: Alguns pressupostos. **Revista Memento**, [S. l.], v. 05, n. 2, p. 1-18, jul./dez. 2014. ISSN 2317-6911. Disponível em: http://periodicos.unincor.br/index.php/memento/article/view/1826/pdf_44

CYPRIANO, Breno; REZENDE, Daniela; ASSIS, Mariana Prandini. A presença das mulheres brasileiras na política: uma discussão sobre as cotas legislativas sob o enfoque da política da diferença. In: LÜCHMANN, L.; SELL, C.; BORBA, J. (Org.). **Movimentos sociais, participação e reconhecimento**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2008. p. 143-164.

DE FREITAS, Raquel Coelho; NÓBREGA, Luciana Nogueira. Indignação epistêmica e decolonização do conceito de minorias / Epistemic indignation and decolonization of the concept of minorities. **Revista Direito e Práxis**, [S.l.], abr. 2022. ISSN 2179-8966.

Disponível em:
<<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/62119>>. Acesso em:
30 jun. 2023.

DINIZ, A. P. R. Feminilidades e masculinidades no trabalho. In: Alexandre de Pádua Carriero; Juliana Cristina Teixeira; Mauro César Ribeiro Nascimento. (Org.). **Gênero e trabalho: perspectivas, possibilidades e desafios no campo dos estudos organizacionais**. 1ed. Salvador: EDUFBA, 2016, v., p 1-367.

FUKS, M.; MARQUES, P. H. Polarização e contexto: medindo e explicando a polarização política no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 28, n. 3, p. 560-593, set 2022.

GODINHO, Isac Oliveira. **Midiativismo e direitos humanos: análise discursiva de minimanuais de jornalismo humanizado**. 2021. 148 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2021.

GONZALEZ, Lélia, Racismo e sexismo na cultura brasileira, In: **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223-244.

GUERRA, Eliana Costa. **Violência contra mulher no espaço midiático brasileiro**. Temporais, Brasília (DF), ano 17, n.33,p.167-192, jan./jun. 2017.

HIRATA, Helena. KERGOAT, Danièle. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. Tradução: Fátima Murad. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

HOOKS, Bell. Políticas feministas: em que ponto estamos. In: **O feminismo é para todo mundo**. Políticas arrebatadoras. Tradução Ana Luiza Libânio. 1ª edição. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 2018.

LOPES, Ana Maria D. Ávila et al. Multiculturalismo, minorias e ações afirmativas: promovendo a participação política das mulheres. **Revista Pensar**, v. 11, p. 54-59, 2006.

MATIAS, J. C.; BARROS, J. A. As políticas sociais nos planos de governo dos presidentes 2018 no Brasil e a mídia. **Revista de Políticas Públicas**, v. 23, p. 339-355, 2019.

MORAES, Fabiana; SILVA, Márcia Veiga da. **A objetividade jornalística tem raça e tem gênero**. A subjetividade como estratégia descolonizadora. XXVIII Encontro anual da Compós. Porto Alegre. Junho de 2019.

PINTO, Céli Regina Jardim, Feminismo, história e poder. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 18, n. 36, jun. 2010, p. 15-23.

PISTICELLI, Adriana. **Gênero: a história de um conceito**. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque de; SZWAKO, José Eduardo. Diferenças, igualdade. São Paulo, Berlendis & Vertecchia, 2009, pp. 116-148.

PROCÓPIO XAVIER, M. R.; JOÃO VIEIRA FILHO, M. Conservadorismo acima de tudo e de todos: imaginários sociodiscursivos nos discursos de posse presidencial de 2019. **Revista Mídia e Cotidiano**, v. 14, n. 3, p. 97-117, 5 set. 2020.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O Poder do Macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SACCHET, T.; REZENDE, D. . Apresentação do Dossiê: Partidos Políticos, Gênero e Raça: estudos e debates sobre estruturas internas, eleições e representação política. **Revista Feminismos**, [S. l.], v. 9, n. 2, 2022. DOI: 10.9771/uf.v9i2.47336. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/47336>. Acesso em: 7 jun. 2023.

SANTOS, Ana Paula Coelho Abreu dos; WITECK, Guilherme. **Violência doméstica e familiar contra a mulher**. 2016. Disponível em: <http://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/view/15858>. Acesso em: 16 abr. 2021.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, [S. l.], v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 6 jun. 2022

SILVA, Sabrina Aparecida da. Autoritarismo e crise da democracia no Brasil: entre o passado e o presente. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 119-126, jan./abr., 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/fSC79qvyV35qddNBdpTBRCs/?lang=pt>. Acesso em: 20/07/2023.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **A produção social da identidade e da diferença**. In: SILVA, Tomaz T. da. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 73-102.

TAROUCO, G. Esquerda, direita e eleições presidenciais no Brasil. **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 36, n. 106, p. 133-133, 2022. DOI: 10.1590/s0103-4014.2022.36106.008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/205986>. Acesso em: 18 fev. 2023.

TELLES, Vera da Silva. Espaço público e espaço privado na constituição do social: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt. **Tempo Social**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 23-48, 1990. DOI: 10.1590/ts.v2i1.84786. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/84786>. Acesso em: 30 maio. 2022.

VIEIRA FILHO, Maurício João; PROCÓPIO, Mariana Ramalho. O ethos de Jair Bolsonaro: uma análise discursiva dos discursos da posse presidencial. **Temática**, ano 16, n. 08, 2020, p. 157 -171.

VIEIRA, L. G. **A história de uma cozinheira**: imaginários do universo culinário e gastronômico na narrativa de vida do livro de cozinha todas as sextas. 2019. 180 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2019.

YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 67, p. 139-190, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452006000200006>. Acesso em: 30 maio. 2022.